

**O DEFICIT DO SETOR PÚBLICO  
E A POLÍTICA FISCAL NO  
BRASIL, 1980-1988**

**PROYECTO REGIONAL DE POLITICA FISCAL  
CEPAL - PNUD**



**NACIONES UNIDAS  
COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE  
Santiago de Chile, 1991**

LC/L.636  
Septiembre de 1991

O trabalho aqui apresentado foi elaborado no marco do Projeto Regional de Política Fiscal CEPAL/PNUD, pelos senhores Fábio Barbosa (SEPES/SEPLAN), Felipe Ohana, Marco Antonio Rochadel e José Hamilton Bizarria (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico do IPEA), e Carlos Mussi (escritório da CEPAL em Brasília).

Os autores reconhecem a importante colaboração de Ligia Pinheiro Barbosa, José Rildo de Medeiros Guedes e Bernadino Henrique Morante de Queiroz, agradecendo também a eficiente colaboração de Ana Lúcia Paiva Dezolt como assistente de pesquisa.

Este trabalho não foi submetido a revisão editorial e as opiniões nele vertidas são da exclusiva responsabilidade dos autores, podendo não coincidir com as da Organização.

## PREFÁCIO

Este documento faz parte dos estudos desenvolvidos pelo Projeto Regional de Política Fiscal CEPAL/PNUD (RLA/87/003).

A *Série de Política Fiscal* tem o propósito de dar a conhecer o resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do referido Projeto, em relação a diversos tópicos de política fiscal e finanças públicas.

O trabalho aqui apresentado refere-se ao período 1980-1988 e tem como objetivo último determinar se os resultados fiscais então observados no Brasil podem ser atribuídos principalmente à implementação de uma política fiscal ativa, ou se teriam sido consequência do comportamento de variáveis externas e/ou do entorno macroeconômico.

Para tal fim, inicialmente se procede a uma medição do deficit anual do setor público consolidado no período previamente indicado. Seguidamente, as variações anuais desta série são decompostas com base nas correspondentes variações das partidas de receitas e gastos que simultaneamente definem o nível do referido deficit. Esta operação é realizada segundo a metodologia especialmente desenvolvida pelo Projeto para tal fim.

Finalmente, a partir dos resultados do exercício de decomposição, se apresenta uma classificação e análise dos determinantes econômicos das variações do deficit anual do setor público consolidado, distinguindo entre os efeitos de: i) choques externos; ii) mudanças no entorno macroeconômico; iii) decisões específicas da política fiscal brasileira.

## SUMARIO

	<i>Página</i>
I. INTRODUÇÃO . . . . .	7
II. QUANTIFICAÇÃO DO DÉFICIT PUBLICO BRASILEIRO . . . . .	9
1. Fontes de informação . . . . .	10
2. O déficit consolidado . . . . .	15
3. O setor público consolidado . . . . .	24
III. DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT DO SETOR PUBLICO . . . . .	27
1. Metodologia . . . . .	27
2. Descrição das principais variáveis decompostas . . . . .	28
3. Análise da decomposição do déficit público . . . . .	33
4. Exercícios utilizando a decomposição do déficit público . . . . .	43
IV. EVOLUÇÃO DA POLITICA FISCAL BRASILEIRA NO PERIODO 1980-1988 . . . . .	47
1. As "inconsistências" fiscais no setor público brasileiro . . . . .	47
2. As empresas estatais brasileiras . . . . .	49
3. Entorno macroeconômico da década de 80 . . . . .	50
4. A política fiscal 1980-1988 . . . . .	52
V. OBSERVAÇÕES FINAIS . . . . .	59
Notas . . . . .	60
BIBLIOGRAFIA . . . . .	63
ANEXO ESTADISTICO . . . . .	67

## I. INTRODUÇÃO

O setor público brasileiro tem desempenhado papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Como em outros países da América Latina, sua ação abrange desde atividades básicas até produção de bens de alta tecnologia. A construção desta ampla estrutura pública decorreu ao longo do período de 1940 a 1980 e em especial, nos seus últimos quinze anos. Em 1980, os gastos do setor público corresponderam a 35% do PIB.

No entanto, o acompanhamento e o controle das diferentes atividades públicas restringiam-se a diferentes mecanismos de cobertura limitada e sem evidentes interseções. Surgiam, a nível federal, por exemplo, o orçamento fiscal, que se limitava aos gastos das administrações diretas; o orçamento monetário, que programava as despesas do Banco Central, inclusive suas despesas *quasi-fiscais*; os orçamentos de unidades e de órgãos descentralizados, incluindo previdência social, e os orçamentos de cada empresa estatal. Em grande parte, a nível estadual e municipal, esta atomização dos orçamentos se reproduzia. Somente a partir do crescimento das dificuldades para o financiamento conjunto destas atividades —inicialmente com a restrição de financiamento externo após o segundo choque do petróleo em 1979, explicitada com a crise dos bancos credores em 1982, e, posteriormente, com as exigências dos organismos multilaterais— é que se obtêm resultados na montagem de orçamentos abrangentes e, com o processo de democratização, alcança-se uma maior transparência.<sup>1</sup>

Esta diversidade de fontes e a multiplicidade de gastos do setor público brasileiro ainda são as principais barreiras para qualquer levantamento sobre a evolução da política fiscal brasileira. O propósito deste trabalho é tentar transpor esta barreira, para analisar os principais fatores que atuaram sobre o resultado das contas públicas durante a década de 80. Para alcançar este objetivo, realizamos uma medição do déficit do setor público consolidado e, a seguir, procedemos à decomposição das principais contas, utilizando a metodologia proposta por Marshall e Schmidt-Hebbel (1989). Por último, analisamos a evolução da política fiscal entre 1980-1988, tendo como referência as características das variáveis sob controle direto das autoridades econômicas, dentro de um entorno macroeconômico, muitas vezes determinado por fatores exógenos à política fiscal.

## II. QUANTIFICAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO BRASILEIRO

Para mensurar o setor público brasileiro, é necessário consolidar as diferentes unidades que o compõem: os governos federal, estaduais e municipais, o sistema de previdência social, as agências descentralizadas, as empresas estatais (federais, estaduais e municipais) produtivas, e o sistema financeiro estatal, inclusive o Banco Central. Neste estudo, levantamos informações sobre estes componentes, à exceção das agências descentralizadas e do sistema financeiro estatal.

Das agências descentralizadas, não foram agregadas as despesas de instituições como o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool, realizadas com receitas ou operações de crédito próprias, lançadas nos seus orçamentos. Cabe apontar que a mensuração das necessidades de financiamento destas agências, realizada "abaixo da linha" no conceito operacional, foram superavitárias - inferiores a 0.2% do PIB, entre 1984 e 1988. Já a inclusão do sistema financeiro estatal exigiria uma apuração dos resultados e composição acionária de dezenas de instituições financeiras, cuja contabilidade difere da metodologia utilizada no setor público tradicional. Como nos estudos realizados para outros países, manteremos nossa análise no setor público não-financeiro. Entretanto, realizou-se, pela primeira vez, um levantamento quantitativo das operações *quasi-fiscais* do Banco Central.<sup>2</sup>

As fontes de informações básicas para a consolidação do setor público brasileiro foram os balanços da União, dos estados e suas capitais, os resultados das Contas Nacionais para as administrações públicas, os trabalhos do Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) e do Banco Central do Brasil. Cada fonte apresenta metodologias específicas, alterando-se entre os conceitos de caixa e competência; abrangência da informação entre os períodos; do sistema contábil, em especial os efeitos da correção monetária; e da identificação correta da origem da receita e do destino final dos gastos. Estas dificuldades inviabilizaram a utilização do cálculo das necessidades de financiamento a partir das contas de receita e despesa do setor público, "acima da linha", nas metas dos programas de ajustes ao longo da década, tendo estes utilizado a correspondência financeira, "abaixo da linha", para o cálculo destas metas.

O estudo utiliza o conceito operacional das necessidades de financiamento do setor público. Trata-se de aferir a diferença entre as receitas do setor público, exceto operações de crédito, e suas

despesas, excluídas as amortizações de principal descontadas, ademais, das correções monetária e cambial dos passivos e ativos financeiros indexados. No caso brasileiro, numa economia com amplos e variados mecanismos de indexação e altos níveis de inflação, este conceito traz significativas alterações na contabilidade pública.

O capítulo a seguir apresentará os componentes do setor público, segundo as fontes de informação, cobertura dos dados e, no final, quantificará o déficit público consolidado.

## 1. Fontes de informação

### a) *Governo Federal*

A partir da reforma tributária realizada pela Constituição de 1967, centralizaram-se no Governo Federal os principais recursos tributários, realizando-se, posteriormente, a repartição destes para as diferentes unidades administrativas. Além do mais, este arranjo institucional limitava a ação legislativa na elaboração do orçamento do Tesouro Nacional, cabendo ao Congresso unicamente a aprovação ou rejeição do projeto do Executivo. Estes fatores institucionais tornaram o orçamento fiscal federal em um documento de limitada abrangência, ao não estar imbuído da unicidade orçamentária, sendo aprovado sempre com indicação de "falso" equilíbrio entre gastos e receitas fiscais, sem a necessidade de significativo endividamento.

Outro ponto de restrição ao uso do orçamento fiscal para análise do Governo Federal foi a utilização de mecanismos diretos junto às autoridades monetárias para gerência da dívida pública e execução de programas de desenvolvimento setoriais. Com isto, surgiu o orçamento monetário, no qual se estabelecia uma interseção entre a política monetária e os gastos fiscais realizados pelo Banco Central. Este "orçamento" era orientado pelas decisões do Conselho Monetário Nacional, onde o Executivo tinha pleno controle, possibilitando a abertura de novos créditos ao setor público e subsídios ao setor privado pelas autoridades monetárias. O custo destas decisões refletia sobre a dívida pública federal, dado que o Banco Central, autorizado pelo Conselho, poderia emitir, em nome do Governo Federal, títulos públicos e, inclusive, subscrevê-los diretamente, objetivando cobrir não só o déficit oriundo dos gastos do orçamento fiscal, mas também, aqueles realizados pelo Banco, dentro do "orçamento monetário".

Esta dicotomia entre os orçamentos fiscal e monetário só começou a ser eliminada em 1986, quando encargos da dívida interna do Tesouro e uma parte das despesas de natureza fiscal do Banco Central, como subsídios ao crédito rural, ao trigo, à exportação e as compras do programa de preços mínimos, foram contabilizados no orçamento fiscal e a conta movimento do Banco do Brasil encerrada. Naquele ano, também foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão responsável pela execução do orçamento, estabelecendo um sistema central de caixa. Em 1987, os fundos e programas de crédito -como as atividades

agrícolas, a produção de açúcar e álcool, e a formação de estoques reguladores— foram retirados do Banco Central, tendo sido criado o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito. Portanto, somente a partir de 1988 foram consolidadas, no orçamento fiscal, todas as receitas e gastos da administração federal, retornando a gerência da dívida pública ao Tesouro Nacional.<sup>3</sup>

No estudo tentou-se corrigir estas falhas do orçamento fiscal, apresentadas no Balanço da União, através da incorporação dos gastos dos encargos da dívida interna e externa do governo federal, sem correção monetária ou cambial, segundo dados apurados pelo Banco Central. Por outro lado, em relação às transferências do Tesouro Nacional às estatais foram utilizadas as informações do orçamento receptor —elaborado pela SEST— para igualar os fluxos. Por último, para alcançar o cálculo do conceito operacional das necessidades de financiamento, retirou-se das despesas as diferenças por trânsito das transferências aos estados e municípios entre os diferentes orçamentos.<sup>4</sup>

#### **b) Governos estaduais e municipais**

Informações detalhadas sobre as receitas e despesas de todos os municípios e estados, coletadas pelo IBGE, só estão disponíveis até 1984. Por isto, utilizamos a base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, que cobre todos os 23 estados, suas capitais e o Distrito Federal. Estes dados foram coletados a partir dos respectivos balanços anuais. Não obtivemos informações sobre empresas estaduais e municipais, além das transferências orçamentárias registradas. A única alteração a estes dados foi a substituição dos encargos da dívida externa pelas informações do Banco Central.

#### **c) Previdencial Social**

Outro componente importante do setor público brasileiro é o Sistema de Previdência Social, que abrange não somente o pagamento de pensões e aposentadorias, mas, também, atua na cobertura de gastos em assistência médica e social. Os dispêndios do sistema atingem cerca de 4% do PIB.

O sistema brasileiro de previdência social tem sua origem nas décadas de 20 e 30, quando foram criadas caixas de assistência, que cobriam as principais categorias de trabalhadores urbanos. Na década de 60, iniciou-se o processo de centralização no Governo Federal dos gastos de previdência e assistência, o que se consolidou na década seguinte (1977), com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que abrange o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto de Administração Financeira (IAPAS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS). O colorário a este processo de centralização foi a ampliação aos beneficiários dos serviços da previdência e assistência

médica, que, atualmente, abrange quase a totalidade da população brasileira.

As fontes para os dados utilizados foram os balancetes analíticos do Sistema de Previdência, elaborados pelo IAPAS e os relatórios da Empresa de Processamento de Dados da Previdência (DATAPREV), cobrindo séries históricas, como números de beneficiários, atendimentos, etc. Como a contribuição recai sobre a folha de pagamentos, utilizou-se como indicadores as informações sobre emprego e salários no setor formal dos painéis fixos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

As informações mais detalhadas só cobrem o período de 1984 a 1988, dado que a contabilidade da Previdência só mantém disponibilidade imediata dos dados referentes aos últimos cinco anos. Para manter o conceito operacional homogêneo entre os diferentes componentes do setor público, não incluímos as receitas mobiliárias e outras despesas financeiras do sistema previdenciário, como juros, devido a estes dados incorporarem a correção monetária, que não poderia ser identificada corretamente.

#### d) *Empresas estatais*

As informações ora sistematizadas referem-se exclusivamente às empresas federais do chamado Setor Produtivo Estatal (SPE), isto é, empresas que auferem fundamentalmente de suas atividades-fim os recursos para sua manutenção e investimento. Não estão incluídas as empresas constituídas pelos governos estaduais e municipais, porque não há informações sistematizadas sobre este universo de empresas, que abrange desde concessionárias estaduais de energia e operadoras de metrô nas grandes capitais, até empresas municipais distribuidoras de água, presentes em grande parte nas mais de 4 000 cidades brasileiras.

Ademais, não foram consideradas as empresas públicas financeiras, tendo em vista que o objeto deste trabalho se restringe ao setor público não-financeiro, incluindo somente as chamadas operações *quasi-fiscais* da autoridade monetária, o Banco Central. Estas operações, assim como as chamadas Empresas Típicas de Governo -que são definidas como entidades que dependem de recursos do Tesouro Nacional para sua sobrevivência financeira-, integram a mensuração das necessidades de financiamento do Orçamento Geral da União.

A fonte básica das informações que embasaram este componente é a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, criada em outubro de 1979, pelo Decreto nº 84 128. Seu primeiro documento publicado -"Empresas Estatais no Brasil e o Controle da SEST: Antecedentes e Experiência de 1980"- data de abril de 1981, sendo que a ele se juntaram, posteriormente, os "Relatórios Anuais", publicados regularmente desde então (à exceção do ano de 1986) e o "Perfil das Empresas Estatais", também anual, editado a partir de 1986.

Nos "Relatórios Anuais" constam informações sobre os fluxos de receita e despesa, além de uma análise bastante resumida dos desempenhos setoriais dos principais grupos de empresas. Nos "Perfis" são apresentados os dados cadastrais básicos. Todas as informações constantes destas publicações foram extraídas, fundamentalmente, dos relatórios anuais e dos balanços das empresas, passando a ser sistematizadas pela SEST somente a partir de 1980, o que determinou o período a ser submetido a análise.

Foram pesquisados, ademais, os próprios relatórios anuais e balanços das empresas, visando esclarecer as descontinuidades de séries históricas e os pontos obscuros nas informações coletadas, devido à excessiva agregação de algumas rubricas relevantes o que não permitia uma decomposição adequada às necessidades de análise.

A evolução mensal das tarifas e preços públicos utilizada neste relatório tem como fonte primária a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, do Ministério da Fazenda (SEAP/MF). As estatísticas do valor e quantidade das exportações de derivados de petróleo, minério de ferro e produtos siderúrgicos foram obtidas junto à PETROBRAS, Cia. Vale do Rio Doce e SIDERBRAS, respectivamente. Da mesma forma, as quantidades e o preço médio do petróleo importado -inclusive frete e seguro- foram fornecidos pela própria PETROBRAS. Por outro lado, foi utilizado como referencial de preços dos demais produtos importados o Índice de Preços de Importações, produzido pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX).

Para verificação do montante das transferências do Tesouro Nacional às empresas estatais, consultou-se a execução orçamentária e os balanços gerais da União. O uso dessas informações, no entanto, foi bastante limitado, devido às discrepâncias estatísticas observadas, atribuídas, em parte, às mudanças institucionais ocorridas no período. De fato, antes do Decreto nº 92 009, de 1985, o Orçamento Geral da União consignava dotações em -grande parte transferências correntes- a Empresas Típicas de Governo, até então sob o controle da SEST e que, a partir daquele diploma legal, passaram a integrar, de forma explícita, o orçamento da administração direta e autárquica da União.

Finalmente, foram pesquisados os dados do Banco Central, referentes às necessidades de financiamento das empresas estatais, que estão disponíveis a partir de 1984, mas que, no entanto, incluem, também, as empresas estaduais e municipais. No intuito de discriminar a informação relevante, foram utilizadas estimativas do déficit das empresas estaduais e municipais, para o período 1986-1988, a fim de checar a consistência metodológica e estatística da mensuração apresentada neste trabalho.<sup>5</sup>

As discrepâncias quantitativas observadas foram de menor monta, à exceção do ano de 1986 que, de fato, foi um ano atípico, inclusive do ponto de vista da apropriação da correção monetária dos balanços patrimoniais e financeiros. Uma vez que a mensuração realizada pelo Banco Central é feita através da variação dos fluxos de crédito das entidades financeiras domésticas e externas entre dois pontos no tempo -aos quais se agregam informações da própria SEST, acerca da evolução

dos fluxos de recursos fora do sistema bancário para financiar desequilíbrios das empresas, como os atrasos de pagamentos a empreiteiros e fornecedores— é provável que a diferença encontrada se deva a critérios distintos de apropriação.

e) *Banco Central: contas quasi-fiscais*<sup>6</sup>

Como indicado, vários gastos fiscais, em especial subsídios e programas de créditos, foram realizados pelas autoridades monetárias durante a maior parte do período analisado. Até janeiro de 1986, o Banco do Brasil era parte da autoridade monetária, dado que lhe era facultado nivelar, automaticamente através da "conta-movimento", suas reservas junto ao Banco Central, compartilhando o poder emissor de base monetária. Assim, ao executar em nome do Tesouro Nacional, a política de crédito agrícola e demais operações de fomento, o Banco do Brasil poderia cobrir suas necessidades de recursos junto ao Banco Central, estabelecendo-se, portanto, um mecanismo direto de financiamento dos déficits fiscais pelas autoridades monetárias. Igualmente, os fundos e programas de desenvolvimento, como para financiamento à exportação, produção de álcool, contrapartidas de empréstimos externos, e outros, recebiam adiantamentos do Banco Central.

A partir de informações contábeis do Banco Central, levantou-se o saldo das fontes e usos destes fundos e programas, identificados quando da sua transferência ao Tesouro Nacional, em dezembro de 1987. Todavia, conseguiu-se informações que retrocediam somente a 1982, dado que o sistema contábil do Banco Central sofreu alterações naquele ano. Os gastos *quasi-fiscais* destas operações foram definidos como o fluxo de adiantamentos líquidos realizados pela autoridade monetária, que cobriria o déficit oriundo de repasses do Tesouro inferiores aos gastos com o subsídio implícito na operação.

Outro gasto *quasi-fiscal* mensurado, foi o fluxo de recursos do Banco Central para suprir o Banco do Brasil nas suas operações de crédito rural, estoques reguladores, operações de apoio à produção nacional de trigo, café e operações especiais. Até janeiro de 1986, a maior parte destas operações transitava pela conta-movimento e, posteriormente, por suprimentos específicos ao Banco do Brasil. A partir de 1988, estes suprimentos foram alocados em transferências do orçamento fiscal para suas operações de crédito.

Por último, as autoridades monetárias também refinanciaram pagamentos de empresas estatais, estados e municípios a credores externos. Como estes devedores não detinham disponibilidades de recursos, transferiram o ônus do pagamento ao seu avalista, o Tesouro Nacional. O mecanismo utilizado era que o Banco do Brasil, através de recursos do Banco Central, assumia a posição credora, em moeda estrangeira, liquidando a dívida com o credor externo internacional. Em termos de setor público, esta operação não gerava maior necessidade de financiamento, pois a dívida consolidada não sofria alterações. Este mecanismo possibilitou uma transferência intra-setor público, com o Tesouro Nacional assumindo explicitamente

estas dívidas no processo de recapitalização das empresas estatais a partir de 1985.

## 2. O déficit consolidado

As tabelas II.1, II.2, II.3, II.4 e II.5 apresentam a evolução dos resultados dos governos federal, estadual e municipais, da previdência social, das empresas estatais, e os gastos *quasi-fiscais*. Inicialmente, analisaremos cada componente, para concluir com o resultado consolidado.

### a) *Governo Federal*

De uma capacidade de poupança corrente de quase 3% do PIB, em 1980, o Governo Federal encerra o período de análise, com o resultado praticamente inverso: uma despoupança de 2.1%. Esta evolução pode ser analisada sob dois subperíodos: 1980-1983 e 1984-1988. O primeiro é caracterizado por um processo de esforço de recuperação das receitas, via contribuições, e cortes em gastos com subsídios, salários e outros custeios. Igualmente acompanhando a queda em sua poupança, o Governo Federal reduziu pela metade seus gastos em capital. Porém, a esperada queda do déficit não ocorreu, dada a elevação dos encargos financeiros decorrentes da política de ajuste externo adotada.

O segundo subperíodo, coincidente com a mudança governamental e as frustradas tentativas de estabilização (Plano Cruzado, em 1986 e Plano Bresser, em 1987) demonstrou a recuperação dos gastos reduzidos no período anterior e agravados por maiores transferências aos estados e municípios. O incremento na receita deveu-se, além da redinamização do crescimento do mercado interno, em 1985 e 1986, ao retorno das operações de refinanciamento das dívidas externas dos estados, municípios e empresas estatais, que alcançaram, em 1988, quase 1% do PIB. Agravando o déficit, os investimentos públicos foram retomados, juntamente com significativas transferências de capital às empresas estatais, que alcançaram 2.4% do PIB, em 1987. As necessidades de financiamento do Governo Federal, no seu conceito operacional, apresentaram, portanto, contínuas elevações neste subperíodo.

### b) *Governos estaduais e municipais*

Dada a centralização institucional no Governo Federal, em função dos repasses de parte dos tributos federais e das autorizações para ampliar seu endividamento, os governos estaduais e municipais não poderiam apresentar resultados que distoassem da política fiscal federal. Nos dois subperíodos (1980-1983 e 1984-1988) pode-se observar esta regra.

## II.1 - RECEITA E DESPESA DO GOVERNO FEDERAL

% PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITAS CORRENTES	9.73	9.43	9.20	9.84	9.23	9.60	10.59	10.40	10.34
RECEITA TRIBUTARIA	7.97	7.78	7.58	7.45	6.93	7.65	7.88	7.29	6.99
CONTRIBUIÇÕES	0.69	0.76	0.75	2.02	2.02	1.55	1.53	1.40	1.72
OUTRAS REC. CORR.	1.07	0.89	0.87	0.37	0.28	0.40	1.18	1.71	1.63
GASTOS CORRENTES	6.80	6.79	8.32	9.65	9.69	9.98	9.75	11.31	12.42
SALARIOS	1.87	2.03	2.11	1.88	1.57	1.92	2.36	2.66	3.19
COMPRA BENS/SERVICOS	1.01	0.95	0.69	1.08	1.08	1.18	0.94	1.41	1.26
TRANSFERENCIAS :	2.57	2.67	3.44	3.76	3.71	3.94	4.43	4.13	4.13
pessoas	0.74	0.75	0.82	0.74	0.64	0.77	0.77	0.61	0.96
estados/municipios	0.91	0.89	1.77	1.73	1.74	2.29	2.65	2.65	2.48
empresas estatais	0.43	0.43	0.43	0.43	0.43	0.43	0.40	0.46	0.44
outras	0.49	0.60	0.42	0.86	0.90	0.45	0.61	0.41	0.25
SUBSIDIOS	0.57	0.15	0.24	0.46	0.14	0.04	0.15	0.38	0.26
JUROS INTERNOS	0.55	0.87	0.89	1.13	1.67	1.64	0.74	1.50	2.09
JUROS EXTERNOS	0.23	0.12	0.95	1.34	1.52	1.26	1.13	1.23	1.51
POUPANCA CORRENTE	2.93	2.64	0.88	0.19	(0.46)	(0.38)	0.84	(0.91)	(2.08)
GASTOS DE CAPITAL	3.27	3.91	2.23	1.93	1.70	1.85	4.85	5.25	4.16
INVESTIMENTOS	1.49	1.75	1.07	1.09	0.93	1.00	1.84	2.25	2.09
TRANSFERENCIAS :	1.78	2.13	1.05	0.78	0.74	0.79	1.33	2.52	1.97
estados/municipios	0.79	0.81	0.14	0.15	0.10	0.08	0.20	0.11	0.20
empresas estatais	0.78	1.17	0.87	0.60	0.62	0.69	1.13	2.40	1.77
outras	0.21	0.15	0.04	0.03	0.02	0.02	0.00	0.01	0.00
INVERSOES FINANC.	0.00	0.03	0.11	0.06	0.03	0.06	1.68	0.48	0.10
RESULTADO	(0.34)	(1.27)	(1.35)	(1.74)	(2.16)	(2.23)	(4.01)	(6.16)	(6.24)
AJUSTE TRANSFERENC.	0.39	0.34	0.43	0.49	0.50	0.87	0.57	0.89	0.94
EMPENHOS A PAGAR	0.43	0.21	0.31	0.77	0.64	0.66	1.43	1.94	1.58
NECES. FINANCIAMENTO	0.48	(0.72)	(0.61)	(0.48)	(1.02)	(0.70)	(2.01)	(3.33)	(3.72)

## 11.2 - RECEITA E DESPESA DOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

% PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITAS CORRENTES	6.99	7.05	7.25	6.84	6.87	7.81	9.09	8.21	7.72
RECEITA TRIBUTARIA	5.44	5.37	5.37	5.09	5.05	5.39	6.56	5.55	4.90
TRANSFERENCIAS	1.10	1.13	1.30	1.36	1.35	1.65	1.86	1.73	1.69
OUTRAS REC. CORR.	0.45	0.55	0.58	0.39	0.47	0.77	0.67	0.93	1.13
GASTOS CORRENTES	5.46	5.82	6.20	6.17	5.60	6.73	7.68	7.76	6.86
SALARIOS	2.71	2.83	2.93	2.87	2.48	2.95	3.62	3.48	2.93
COMPRA BENS/SERVICOS	0.65	0.71	0.74	0.64	0.65	0.73	0.85	0.88	1.00
TRANSFERENCIAS :	1.78	1.91	2.08	2.05	1.90	2.22	2.60	2.54	2.30
pessoas	0.38	0.41	0.45	0.50	0.46	0.60	0.80	0.68	0.61
municipios	0.33	0.33	0.33	0.31	0.30	0.30	0.38	0.30	0.26
empresas estaduais	0.94	1.04	1.16	1.11	1.08	1.18	1.32	1.36	1.28
outras	0.13	0.13	0.14	0.13	0.06	0.14	0.10	0.20	0.15
JUROS INTERNOS	0.19	0.20	0.27	0.40	0.37	0.61	0.42	0.70	0.46
JUROS EXTERNOS	0.13	0.17	0.18	0.21	0.20	0.22	0.19	0.16	0.17
POUPANCA CORRENTE	1.53	1.23	1.05	0.67	1.27	1.08	1.41	0.45	0.86
RECEITA CAPITAL	0.54	0.56	0.51	0.31	0.27	0.34	0.35	0.43	0.32
TRANSFERENCIAS	0.54	0.56	0.51	0.31	0.27	0.34	0.35	0.43	0.32
GASTOS CAPITAL									
INVESTIMENTOS	1.65	1.92	1.83	1.36	1.44	2.11	2.32	2.03	2.11
RESULTADO	0.42	(0.13)	(0.27)	(0.38)	0.10	(0.69)	(0.56)	(1.15)	(0.93)

## 11.3 - RECEITA E DESPESA DA PREVIDENCIA SOCIAL

% PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITAS CORRENTES	4.70	4.86	5.66	5.59	5.05	4.98	5.32	5.44	4.42
CONTRIBUICOES	4.70	4.86	5.66	5.01	4.34	4.46	4.90	4.43	3.82
DESPESAS CORRENTES	5.60	5.29	5.96	5.68	5.05	4.79	4.95	4.91	4.58
PREVIDENCIA	3.50	3.87	4.04	4.21	3.57	3.31	3.49	2.66	2.49
ASSISTENCIA MEDICA	2.10	1.42	1.92	1.24	1.28	1.10	0.95	1.13	0.84
POUPANCA CORRENTE	(0.90)	(0.43)	(0.30)	(0.09)	0.00	0.19	0.37	0.53	(0.16)
RECEITA CAPITAL	...	...	...	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00
DESPESA CAPITAL	...	...	...	0.01	0.01	0.01	0.03	0.09	0.10
RESULTADO	(0.90)	(0.43)	(0.30)	(0.10)	(0.01)	0.18	0.35	0.44	(0.26)

Com a queda na receita tributária, entre 1980 e 1983, devido à recessão interna, e a conseqüente redução nas transferências do Governo Federal, os governos locais tiveram que atuar para conter seus gastos em salários, outros custeios e cortar os seus investimentos.

No segundo subperíodo, a trajetória reverteu-se, não-somente com maiores transferências do governo federal, mas, também, com a rápida resposta dos tributos estaduais ao crescimento do consumo interno. Os

#### II.4 - RECEITAS E DESPESAS DAS EMPRESAS ESTATAIS

DISCRIMINACAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
	%PIB								
I - RECEITAS CORRENTES	13.64	14.57	13.55	15.44	15.07	14.17	13.06	14.23	12.73
. Receitas Operacionais	11.77	12.59	11.83	12.89	13.60	12.59	11.29	12.47	11.82
- PETROBRAS	6.12	7.21	6.70	7.74	7.92	6.61	5.38	6.56	5.44
- VALE DO RIO DOCE	0.85	0.74	0.48	0.53	0.82	0.76	0.80	0.74	0.69
- SIDERBRAS	1.12	1.18	1.09	1.05	1.36	1.51	1.45	1.58	1.77
- ELETROBRAS	0.98	0.75	0.58	0.55	0.57	0.66	0.77	0.98	1.14
- REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A	0.24	0.23	0.20	0.21	0.22	0.23	0.20	0.20	0.21
- TELEBRAS	0.92	0.84	0.89	0.91	0.87	0.95	0.83	1.00	1.11
- PORTOBRAS	0.14	0.16	0.16	0.15	0.13	0.11	0.11	0.13	0.14
- DEMAIS EMPRESAS	1.39	1.48	1.72	1.76	1.70	1.75	1.74	1.28	1.31
. Transf. Correntes do Tesouro	0.43	0.43	0.43	0.43	0.43	0.43	0.40	0.46	0.44
. Outras Receitas Correntes -1/	1.44	1.54	1.29	2.12	1.04	1.15	1.38	1.30	0.48
II - GASTOS OPERACIONAIS	10.25	11.82	12.35	14.30	14.00	13.11	10.93	12.45	10.81
. Pessoal e Encargos Sociais	2.03	2.23	2.30	2.03	1.73	1.87	1.93	2.22	2.04
. Juros e Out. Encargos Financ.	0.86	1.32	1.87	2.28	2.54	2.55	1.88	2.36	2.08
- Internos	0.20	0.56	0.51	0.57	0.47	0.54	0.46	1.13	1.18
- Externos	0.66	0.76	1.35	1.71	2.07	2.00	1.42	1.23	0.90
. Outros Gastos Correntes	7.36	8.28	8.19	9.99	9.72	8.70	7.11	7.86	6.69
III - POUQ. CORRENTE EMPRESAS SPE(2)	3.40	2.75	1.20	1.14	1.07	1.06	2.13	1.78	1.92
IV - FORMACAO BRUTA DE CAPITAL	4.56	5.27	4.82	3.69	3.28	3.06	2.79	3.44	2.77
V - RECEITA LIQUIDA DE CAPITAL	-0.06	0.38	0.47	0.06	0.04	-0.13	0.46	2.05	0.96
. Transf. de Capital do Tesouro	0.78	1.17	0.87	0.60	0.62	0.69	1.13	2.40	1.77
. Outras Despesas de Capital	0.84	0.79	0.40	0.54	0.58	0.82	0.67	0.35	0.81
VI - DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+)	-1.23	-2.15	-3.15	-2.49	-2.16	-2.14	-0.20	0.39	0.11
VII - FINANCIAMENTO LIQUIDO	1.23	2.14	3.15	2.49	2.16	2.14	0.20	-0.39	-0.11
. Financiamento Interno Liquido	0.39	0.52	1.25	1.78	0.24	2.16	1.17	1.03	0.95
. Financiamento Externo Liquido	0.85	1.63	1.90	0.71	1.93	-0.02	-0.98	-1.42	-1.06

Fontes : SEST/SEPLAN, SOF/SEPLAN, SEAE/SEPLAN

- 1/ A correcao monetaria foi expurgada das receitas de aplicacoes financeiras, de acordo com estimativas do consultor e SEST/SEPLAN.
- 2/ Sob a hipotese que as Receitas Nao Operacionais nao incluem aportes de capital alem daqueles transferidos pelo Tesouro, e que os valores correntes transferidos pelo Tesouro entre 1980 e 1985 foram equivalentes a media do periodo 1986/1988.

## 11.5 - BANCO CENTRAL : GASTOS QUASI-FISCAL

% PIB

	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
FUNDOS E PROGRAMAS	0.49	0.85	0.72	0.28	(0.06)	0.90	... *
OPER.BANCO BRASIL **	...	0.74	1.25	1.86	(0.14)	0.81	(0.21)
EMPREST.EMP. EST. ***	...	0.86	2.10	3.84	2.88	5.70	...
OUTRAS CONTAS	...	...	0.03	0.42	1.52	0.20	...
TOTAL	0.49	2.45	4.10	6.40	4.20	7.61	(0.21)

\* TRANSFERIDO PARA O ORCAMENTO GERAL DA UNIAO.

\*\* OPERACOES DE SUPRIMENTO AO BANCO DO BRASIL VIA CONTA MOVIMENTO ATE JAN./86 E TRANSFERENCIAS ESPECIFICAS POSTERIORES. NAO INCLUI "OPERACOES ESPECIAIS" EM 1987 DEVIDO A NAO IDENTIFICACAO CORRETA DAS OPERACOES.

\*\*\* EMPRESTIMOS PONTE PARA PAGAMENTOS DE DIVIDA EXTERNA.

gastos correntes aumentaram e o nível de investimentos superou o observado no início da década. A instabilidade macroeconômica presente após a execução do Plano Cruzado (queda na taxa de crescimento e aceleração inflacionária) colidiu fortemente com a política expansionista fiscal destes governos. A participação da receita tributária destes governos no PIB caiu de 6.6%, em 1986, para 4.9%, em 1988. Novamente, os estados e municípios efetuaram políticas de contenção dos gastos, em especial sobre suas folhas de pagamento, dado que os investimentos ainda permaneceram em níveis elevados.

c) *Previdência Social*

O resultado do sistema previdenciário brasileiro decorria principalmente da capacidade do crescimento da receita de contribuições compensar as perdas ocorridas nas dificuldades do sistema para gerir e controlar seus gastos. No período estudado, o sistema, pela primeira vez, teve o impacto conjunto de um processo recessivo econômico e uma drástica aceleração inflacionária. Estes fatores obrigaram a modernização do sistema, aumento de suas alíquotas e reduções reais no valor de seus benefícios.

Após reequilibrar-se, em 1984 e 1986, o retorno da instabilidade macroeconômica implicou em novos ajustes no sistema de previdência. Mais uma vez, o ajuste recaiu principalmente sobre o pagamento de benefícios, com queda no seu valor real, possibilitando uma diminuição nos gastos em previdência equivalente a 1% do PIB, entre 1986 e 1988. Entretanto, a ampliação da cobertura de assistência médica, além de aumentos em seus custos, impulsionou o dispêndio nesta atividade, no último biênio, em cerca de 0.5% do PIB em relação ao gasto médio, entre 1983 e 1986.

d) *Empresas estatais*

Antes da apresentação dos resultados da medição do déficit das empresas estatais federais, cabem algumas considerações acerca de alguns procedimentos adotados devido à insuficiência de informações desagregadas.

Em relação às "Transferências do Tesouro Nacional", os números da SEST, até 1985, não discriminam o montante de recursos destinados ao custeio (correntes) e ao aumento do patrimônio líquido (capital). Uma possibilidade, sugerida pela própria SEST, seria a utilização dos Balanços Gerais da União (B.G.U.) como fonte alternativa para essa informação.

Ocorre que, conforme já mencionado, exatamente até o ano de 1985, as consignações do Tesouro às empresas estatais registradas em balanço estavam infladas pelos recursos destinados não só às empresas do setor produtivo estatal, como também às empresas típicas de Governo, o que inviabilizou uma discriminação adequada.

Ademais, as transferências constantes do Balanço da União apresentam discrepâncias em relação àquelas captadas pela SEST pelo fato de não estarem registradas como tal: os recursos repassados às empresas estatais, via Secretarias Gerais dos ministérios setoriais; os recursos oriundos do não recolhimento do IPI pelas siderúrgicas estatais, que, até 1988, não transitavam pelo Orçamento da União; e, principalmente, capitalizações de empresas estatais por meio de assunção definitiva de dívida externa dessas empresas, através da conversão de empréstimos-ponte em participação acionária da União, ocorrida nos anos recentes no contexto dos Planos de Recuperação Setoriais da SIDERBRAS e da ELETROBRAS.

Tendo em vista estas discrepâncias, optou-se por utilizar como informação relevante aquela constante do orçamento receptor, no caso aquele elaborado pela SEST. Por outro lado, a impossibilidade de desagregação dessas transferências em "correntes" e de "capital" obrigou a adoção do valor médio das primeiras, no período 1986 a 1988, em percentagem do PIB, para os anos anteriores, o que se justifica, em parte, pela rigidez, relativamente aos investimentos, dos gastos a serem financiados por estes recursos.

No que tange às "Outras Receitas Não-Operacionais", também não foi possível discriminar as receitas não oriundas do Tesouro Nacional, destinadas à capitalização de empresas, das demais receitas não-operacionais. Uma vez que não houve nenhum processo de privatização mais expressivo no período em análise, considerou-se que estas receitas, em sua totalidade, eram de natureza corrente.

Estes dois procedimentos, não obstante a relativa imprecisão a que estão sujeitos, permitiram apresentar uma idéia razoável da magnitude da poupança em conta-corrente das empresas estatais, viabilizando, assim, a obtenção deste indicador para o setor público consolidado.

Deve-se mencionar, também, que os dados sobre as receitas derivadas de correção monetária sobre aplicações financeiras realizadas pelo Setor Produtivo Estatal não estavam disponíveis para

o período 1980-1985, ao contrário dos anos 1986 a 1988, para os quais foram utilizadas estimativas da SEST. Assim, com base nos dados estimados para estes três últimos anos, observou-se uma certa relação estável entre o volume destas receitas e cada ponto de variação percentual do índice oficial de correção monetária, quando ajustada esta relação pelas variações reais dos estoques de ativos circulantes (basicamente disponível e valores) destas empresas. Desse modo, conhecida esta relação estável, entre o índice de correção monetária e a evolução anual das contas ativas antes mencionadas, chegou-se às estimativas das receitas de correção monetária utilizadas neste trabalho. Não obstante, o procedimento grosseiro, o comportamento das "Outras Receitas Não-Operacionais" já expurgada a indexação, ao apresentar um certo padrão para todo o período, parece indicar alguma margem de adequação do artifício adotado.

Finalmente, cumpre salientar que os dados sobre formação bruta de capital fixo apresentados neste documento são aqueles publicados pela SEST, que registra estes gastos pelo dispêndio financeiro efetivo (critério de caixa) e não pelo conceito econômico, o que desvirtua, em parte, sua comparação com os demais dados sobre investimentos constantes das contas nacionais.

Quanto aos resultados obtidos observa-se que, em relação às receitas operacionais das empresas estatais, a política de fixação de preços e tarifas dos bens e serviços por elas comercializados, no período de 1980-1988, se pautou mais pelo objetivo de amortecer a espiral inflacionária, do que pelas necessidades de geração própria de recursos para financiar suas atividades correntes e os investimentos programados. De fato, ao mesmo tempo em que a produção física cresceu 5.6% ao ano, em média, entre 1980 e 1988, as receitas operacionais mal alcançaram um crescimento real de 2.4% anuais, havendo casos, como o dos serviços telefônicos, cuja tarifa representava, em 1988, apenas 33.7% do valor vigente em 1980.

Do lado das despesas correntes, o item que apresentou crescimento mais significativo foi "Juros e Outros Encargos Financeiros" das empresas estatais, que quase triplicaram em percentagem do PIB, no período 1980-1985, como reflexo dos elevados estoques acumulados de passivos externos e domésticos. A redução observada a partir de 1986 deveu-se, num primeiro momento, à queda das taxas de juros internacionais e à edição do Plano Cruzado, o qual determinou significativa e generalizada diminuição dos custos financeiros das estatais. Posteriormente, a concretização, ainda que parcial, do programa de capitalização de empresas dos setores elétrico e siderúrgico pelo Tesouro Nacional, impediu que os gastos nesta rubrica voltassem aos patamares anteriores ao Plano Cruzado, ainda que tivessem permanecido bastante acima do realizado em 1980.

O item "Pessoal e Encargos Sociais" se situou, em média, ao nível de 2.04% do PIB, no período 1980-1988, sendo que no biênio 1983-1984 o mesmo experimentou forte retração, como decorrência da aplicação de sucessivas políticas salariais que não preservavam o poder de compra dos salários, no contexto do programa de estabilização então em vigor.

O comportamento deste item de custeio supra referido atenuou o impacto sobre o déficit das estatais, de uma outra medida adotada à mesma época, a maxidesvalorização de 30% da taxa real de câmbio. Tal medida aumentou o preço, em moeda nacional, de vários insumos importados, entre eles o petróleo, que isoladamente consumia cerca de 4% do PIB, ou praticamente a metade de toda a rubrica "Outros Gastos Correntes".

Todavia, no ano de 1986, foi exatamente a redução acentuada destes "Outros Gastos Correntes" -devido, em grande parte, à queda de cerca de 50% do preço do barril de petróleo importado- e a significativa diminuição dos encargos financeiros já citada que impediram que a compressão tarifária observada durante o Plano Cruzado deteriorasse de forma mais drástica as finanças das empresas estatais, abrindo espaço, inclusive, para uma expressiva recuperação do volume de poupança corrente dessas entidades.

Com efeito, este indicador, que atingia 3.40% do PIB em 1980, experimentou uma queda paulatina e ininterrupta, até 1985, quando atingiu a marca de 1.06% do PIB, comportamento este similar, aliás, ao verificado nas administrações públicas direta e autárquica, nas três esferas de governo. Ao contrário do observado nessas entidades, no entanto, nos dois anos que se seguiram ao Cruzado, a poupança em conta-corrente das estatais continuou positiva e oscilando em torno de 1.8% do PIB, graças ao realinhamento tarifário em 1987 e à compressão dos gastos de custeio, em 1988, esta última induzida, em parte, pelas restrições creditícias então implementadas.

Quanto aos investimentos das empresas estatais, até 1982 estes estiveram inflados pelos projetos iniciados durante o II<sup>o</sup> PND, concentrados basicamente no setor energético (PETROBRAS, ELETROBRAS, NUCLEBRAS e Itaipu), atingindo, em 1981, o pico de gastos (5.27% do PIB) sob esta rubrica.

Em 1983, com a vigência do acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional, o montante dos investimentos destas empresas caiu bruscamente, e seguiu declinando nos anos posteriores, à exceção de 1987, assumindo um patamar médio de 2.72% do PIB, entre 1983 e 1988, que correspondeu à metade do esforço de inversão empreendido na década anterior.

*Grosso modo*, a poupança corrente e os investimentos das empresas do Setor Produtivo Estatal Federal apresentaram uma evolução bastante semelhante, entre 1980 e 1985, com o que suas necessidades de financiamento líquido, no conceito operacional, se mantiveram em torno de 2.22% do PIB nestes anos.

A partir de 1986, no entanto, a recuperação da poupança em conta-corrente, simultaneamente à manutenção dos investimentos em patamares deprimidos e aos expressivos aportes de capital do Tesouro Nacional, determinou uma redução, neste ano, de quase 90% do déficit das estatais, sendo que, nos dois anos subseqüentes, estas entidades passaram a se apresentar superavitárias.

No que tange aos aportes de capital do Tesouro Nacional, cabem, aqui, algumas qualificações. No presente trabalho, os recursos recebidos pelas empresas estatais do Fundo Nacional de Desenvolvimento

(FND) estão incluídos dentro da rubrica referida acima, embora, formalmente, não sejam classificados como tal.

Os recursos do FND são, a rigor, propriedade das pessoas que, no período de julho de 1986 a junho de 1987, ao comprarem automóveis, combustíveis e viagens ao exterior, fizeram um empréstimo compulsório ao setor público federal. Este instrumento foi criado no contexto do Plano Cruzado, no intuito não só de conter a demanda agregada — que, àquela altura, dava inequívocos sinais de aquecimento —, como, também, assegurar um fluxo de poupança privada para o financiamento do setor público, que, não obstante os argumentos em contrário, quando da edição do Plano permanecia em desequilíbrio.

Uma vez captados recursos junto ao setor privado, o Tesouro Nacional arbitrava, com grande margem de manobra, a alocação destes e, em última instância, será o responsável pela sua devolução, seja em quotas do próprio FND, seja em participação acionária nas empresas da União.

Assim, apesar de algumas restrições legais, os recursos obtidos pelo FND "financiaram" parte do esforço de capitalização das empresas estatais, aliviando o dispêndio previsto do acionista majoritário, o Tesouro Nacional. De fato, da capitalização total equivalente a 2.40% e 1.77% do PIB no biênio 1986-1987, o FND respondeu por 0.38% e 0.04%, respectivamente, também como proporção do PIB.

#### e) *Os gastos quasi-fiscais*

A evolução das despesas *quasi-fiscais* do Banco Central estão relacionadas diretamente ao subsídio implícito nas operações efetuadas e aos objetivos setoriais da política econômica, em especial os setores agrícola e exportador.

O incremento nos gastos *quasi-fiscais*, no período 1983-1985 deveu-se aos fatores citados acima. O mal desempenho do produto agrícola neste período não permitiu o retorno das operações efetuadas, cabendo ao Banco Central assumir estas perdas, através de maiores suprimentos ao Banco do Brasil nas safras seguintes. Quanto aos Fundos e Programas, o menor déficit decorreu da redução do subsídio implícito, com a incorporação gradual da correção monetária nas taxas de suas operações e a diminuição real do saldo médio de suas aplicações, em mais de 50%.

A queda na taxa de inflação, em 1986, possibilitou o retorno, ao Banco Central, de saldos destas operações *quasi-fiscais*. O superávit registrado também deve-se ao início da alocação de recursos orçamentários para a cobertura dos gastos com estoques reguladores, trigo, etc.

A aceleração inflacionária em 1987, juntamente com as complicações decorrentes para reindexações das operações de crédito agrícola, exigiram novo aporte do Banco Central, que alcançou 1.7% do PIB. No final daquele ano, o Tesouro Nacional assumiu a gerência destas operações, incluindo-as no orçamento fiscal. Para acertar o saldo devedor destas operações e mais a carteira de empréstimos às

estatais, estados e municípios para refinanciamento de sua dívida externa com o Banco Central, foram emitidas Letras do Tesouro Nacional especiais, não-negociáveis, rendendo apenas correção monetária, no valor de 38 bilhões de dólares. O saldo positivo nos gastos *quasi-fiscais*, em 1988, decorreu de operações e repasses feitos, ainda para estas contas, entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

### 3. O setor público consolidado

A tabela II.6 apresenta a evolução do déficit do setor público brasileiro no período estudado, inclusive com os gastos *quasi-fiscais*, menos o fluxo da carteira de empréstimos-ponte. Usando os subperíodos identificados, pode-se constatar que enquanto no primeiro existiu um esforço de redução dos déficits a nível das administrações públicas e da previdência, no período seguinte o Governo Federal recebeu o maior ônus, decorrente das políticas de ajuste, em especial pela elevação dos encargos financeiros.

Para as empresas estatais, só com a política de capitalização após 1986, com as transferências do Governo Federal, possibilitou-se o reequilíbrio de seus resultados. Todavia, estas transferências reforçaram a deterioração do déficit do Tesouro Nacional.<sup>7</sup>

Comparando os resultados obtidos com o cálculo "abaixo da linha" realizado pelo Banco Central, a partir de 1984 (Tabela II.7), os nossos seguem a mesma tendência.<sup>8</sup> As diferenças no nível encontrado devem-se basicamente à não inclusão das empresas estaduais e municipais, agências descentralizadas e os ajustes em função de variação de depósitos públicos no sistema financeiro. Outra fonte de discrepância deve-se à apropriação da correção monetária nos cálculos, em especial pós-planos de estabilização, quando critérios variam segundo características contratuais.

II.6 - RESULTADO DO SETOR PUBLICO CONSOLIDADO

% PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
GOVERNO FEDERAL	0.48	(0.72)	(0.61)	(0.48)	(1.02)	(0.70)	(2.01)	(3.33)	(3.72)
PREV. SOCIAL	(0.82)	(0.36)	(0.26)	(0.45)	0.02	(0.13)	0.15	(0.17)	(0.48)
GOV. ESTADOS	0.42	(0.13)	(0.27)	(0.38)	0.10	(0.69)	(0.56)	(1.15)	(0.93)
EMP. ESTATAIS	(1.23)	(2.15)	(3.15)	(2.49)	(2.16)	(2.14)	(0.20)	0.39	0.11
QUASI-FISCAL (*)	...	...	(0.49)	(1.59)	(1.97)	(2.14)	0.20	(1.71)	0.21
RESULTADO	(1.15)	(3.36)	(4.78)	(5.39)	(5.03)	(5.80)	(2.42)	(5.97)	(4.81)

(\*) CONSIDERA-SE APENAS OS GASTOS COM FUNDOS E PROGRAMAS E OPERACOES DO BANCO DO BRASIL.

II.7 - DEFICIT DO SETOR PUBLICO,  
SEM GASTOS QUASI-FISCAIS

% PIB

	BANCO CENTRAL	ESTLDO
1984	(2.30)	(3.06)
1985	(4.33)	(3.67)
1986	(3.58)	(2.62)
1987	(5.54)	(4.26)
1988	(4.20)	(5.02)

### III. DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO

#### 1. Metodologia

Seguindo a metodologia desenvolvida por Marshall e Schmidt-Hebbel (1989), realizou-se a decomposição do déficit do setor público, segundo seus principais determinantes.

No caso brasileiro, o elevado nível da taxa média de inflação anual, superior a 200% nos anos da amostra, e chegando a 600%, em 1988, amplia a dispersão nas variações percentuais de diversos indicadores. Isto se reflete sobre o resíduo gerado no exercício de decomposição, que não se torna tão desprezível quanto sugerido pelos autores da metodologia. Portanto, em algumas variáveis, trabalhou-se diretamente com os valores já deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

Por exemplo, no caso de decomposição da participação do imposto de importação no PIB, a metodologia indicaria o seguinte cálculo:

$$\left[ \frac{t \cdot P_{m1} \cdot Q_{m1} \cdot e_1}{P_1 \cdot Y_1} - \frac{t \cdot P_{m0} \cdot Q_{m0} \cdot e_0}{P_0 \cdot Y_0} \right] = \left[ \frac{t \cdot P_{m0} \cdot Q_{m0} \cdot e_0}{P_0 \cdot Y_0} \right] \cdot \hat{P}_m + \hat{Q}_m + \hat{e} + \hat{t} - \hat{P} - \hat{Y} + R$$

onde "Pm" e "Qm" são o preço externo e a quantidade importada; "e" é a taxa de câmbio; "t" é a alíquota do imposto de importação; e "P" e "Y" são o deflator do produto e o produto real, respectivamente. O sinal "^" indica a taxa de variação percentual de cada variável.

Por sua vez, no estudo o procedimento adotado foi o seguinte:

$$\left[ \frac{t \cdot P_{m1} \cdot Q_{m1} \cdot e_1}{P_1 \cdot Y_1} - \frac{t \cdot P_{m0} \cdot Q_{m0} \cdot e_0}{P_0 \cdot Y_0} \right] = \left[ \frac{t \cdot P_{m0} \cdot Q_{m0} \cdot e_0}{P_0 \cdot Y_0} \right] \cdot \hat{P}_m + \hat{Q}_m + \hat{t} + (\hat{e}/P) - \hat{Y} + R,$$

com o que se obteve um resultado bem mais compatível com a dimensão das variáveis envolvidas.

## 2. Descrição das principais variáveis decompostas

### a) *Governos federal, estadual e municipal*

#### i) *Imposto de Renda*

A decomposição usou como base tributária o PIB nominal. Dada a aplicação de alíquotas progressivas e inúmeras isenções, utilizou-se o resíduo proveniente da decomposição como *proxy* para a variação da alíquota efetiva.

#### ii) *Imposto de produtos industrializados*

Calculou-se a alíquota média do imposto sobre a base tributária (valor nominal do produto industrial). Também retirou-se do produto real industrial o efeito das exportações industriais, a partir de estimativas de Carvalho (1987) através da relação entre as taxas de crescimento do *quantum* das exportações de manufaturados e do produto industrial.

Para mensurar o efeito de movimento de preços relativos, usou-se como fator de decomposição a relação entre o índice de preços ao atacado da indústria de transformação frente ao deflator do produto.

#### iii) *Imposto de importação*

Este é o principal imposto sobre o comércio exterior brasileiro, dado que a atividade exportadora é, em grande parte, isenta de tributação, sendo recolhido imposto em alguns produtos, especialmente via contribuições específicas, decorrentes de políticas de preços internacionais ou efeitos de maxidesvalorizações. Calculou-se a alíquota média sobre o valor das importações, em moeda local, exclusive petróleo, que está isento desta tributação. A variação real da taxa de câmbio foi calculada utilizando o deflator do PIB. Os demais decompositores são o preço em dólares das importações e o *quantum* das mesmas.

#### iv) *Taxas*

O recolhimento destas taxas decorre da prestação de serviços pelo governo. Portanto, calculou-se a taxa média tomando-se como base o produto governamental, considerando uma participação constante das unidades federais neste produto. O resíduo resultante foi indicado como a variação da base tributária.

#### v) *Imposto sobre Operações Financeiras*

Este imposto tem como diferentes bases tributárias as operações financeiras e cambiais, em especial na compra de divisas para

importações. Desta forma, usou-se o *quantum* e o preço em dólares das importações, o fluxo acumulado de empréstimos ao setor privado e a taxa de câmbio real, calculada pelo deflator do produto. Como estimativa da variação da alíquota efetiva, utilizou-se o resíduo decorrente da decomposição.

vi) *Imposto sobre Circulação de Mercadorias*

Imposto de competência estadual tem como base o valor agregado nas transações comerciais de mercadorias, inclusive produtos agrícolas. Utilizou-se como estimativa da base tributária o produto nominal, sendo a variação da alíquota efetiva o resíduo da decomposição.

vii) *Imposto sobre Serviços*

Este imposto de competência municipal tem como base as prestações de serviços, que foram projetados como produto deste setor nas contas nacionais. A variação da alíquota é o resíduo da decomposição.

viii) *Impostos diretos estadual e municipal*

Refere-se à cobrança de impostos sobre a propriedade urbana, de transferência de bens móveis, taxas, contribuições de melhoria e, a partir de 1986, o imposto sobre propriedade de veículos. Esta base tributária foi estimada pelo PIB nominal.

ix) *Contribuição - FINSOCIAL*

A contribuição para o Fundo de Investimento Social foi criada em 1982 e recolhida pelo Tesouro a partir de 1983. Seu cálculo é feito a partir do faturamento das empresas comerciais e industriais. Ainda que cobrindo apenas o valor agregado, colocou-se como base deste imposto o produto não-agrícola. Como em outros casos, a variação da alíquota efetiva foi o resíduo decorrente da decomposição.

x) *Salários nos governos federal, estadual e municipal*

Não existem informações detalhadas sobre o nível de emprego de cada unidade governamental. Encontram-se disponíveis estimativas para o emprego total nas administrações e serviços públicos realizados pelos censos, pesquisas nacionais de amostragem de domicílios e pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Cada fonte apresenta metodologia e cobertura diferentes e não cobrem o período integral do estudo. Devido a estas limitações, foram utilizadas informações levantadas pela Secretaria de Empregos e Salários, do Ministério do Trabalho, Maia (1988), e projeções da Coordenadoria de Empregos e Salários do IPLAN (1989). O cálculo da folha de pagamentos

inclui despesa com pessoal da administração direta e repasses intragovernamentais para agências descentralizadas, fundações, autarquias, etc. Finalmente, as alterações do salário real, calculado com o deflator do produto, foram consideradas como o resíduo da decomposição.

*xi) Compras de bens e serviços: governos federal, estaduais e municipais*

A decomposição destas duas variáveis compreendeu a variação de preços relativos, mensurada pelo comportamento do índice de preços ao atacado frente ao deflator e do *quantum* adquirido, calculado pelo resíduo da decomposição.

*xii) Juros internos das dívidas federal e estadual*

A informação dos juros reais foi obtida através dos balanços estaduais, contas nacionais e do Banco Central do Brasil. O custo efetivo da dívida, ou taxa de juros implícita, foi calculado pela dívida entre os juros pagos e o saldo médio da razão nominal naquele ano, dado que os títulos governamentais brasileiros, na sua maioria, têm prazos de vencimento inferiores a um ano ou incluem cláusula de recompra.

*xiii) Juros externos dos governos federal e estadual*

Como as operações de endividamento externo do setor público foram, na maior parte do período estudado, controladas pelo Governo Federal, dada a concessão de seu aval nestas operações, consolidamos este endividamento em uma variável a ser decomposta. A taxa de juros externa é equivalente ao cálculo do custo efetivo pelo saldo médio no ano da dívida em dólares. Além das variações nas taxas de juros internacionais, o custo efetivo reflete a incorporação pelo Tesouro Nacional, de encargos decorrentes da absorção de dívidas privadas e do processo de renegociação da dívida externa a partir de 1982.

**b) *Previdência Social***

*xiv) Contribuições*

Esta variável foi decomposta a partir das alterações no valor real da folha de pagamentos, utilizando o deflator do produto para seu cálculo, o nível de emprego no setor formal e o salário médio nominal, indicado pela RAIS.

xv) *Despesas previdenciárias*

Os gastos da Previdência foram separados na sua principal forma de dispêndio: benefício de aposentadoria por tempo de serviço, invalidez e pensões. Os determinantes utilizados foram o número de beneficiários e o valor real médio dos benefícios, calculado através do deflator do produto.

c) *Empresas estatais*

Inicialmente, foram distinguidas as empresas produtoras e/ou insumidoras de bens e serviços transáveis das demais, com o intuito de melhor explicar as variações do déficit deste segmento, segundo suas fontes.

No grupo "transáveis" foram incluídas a PETROBRAS, cuja matéria-prima básica é o petróleo, em grande parte importado, tendo na exportação de derivados uma fonte importante de receitas; a Cia Vale do Rio Doce, que, por vários anos no período em questão teve nas exportações a fonte principal de seu faturamento; e, finalmente, a SIDERBRAS, que agrega uma série de empresas produtoras de aços planos e outros produtos siderúrgicos, cujas vendas externas foram responsáveis por cerca de 35%, em média, do faturamento do grupo a partir de 1983.

No grupo "não-transáveis", estão incluídas as empresas da área de energia (ELETROBRAS), telecomunicações (TELEBRAS), transporte ferroviário (Rede Ferroviária Federal), serviços portuários (PORTOBRAS), além de empresas menores nos mais variados ramos de atuação.

xvi) *Receitas operacionais da PETROBRAS*

Trata-se da maior empresa do SPE (tem uma participação média de cerca de 54% do faturamento operacional do setor), que atende não só o mercado doméstico, como também exporta produtos derivados do petróleo. Como variáveis de decomposição, foram utilizados a tarifa média e a quantidade de derivados consumidos internamente, o preço médio e a quantidade exportada efetivamente observada, a taxa de câmbio real e o crescimento real do produto.

xvii) *Receitas operacionais - demais empresas transáveis*

Estão incluídas as receitas da SIDERBRAS e da Cia Vale do Rio Doce, que comercializam produtos siderúrgicos e minério de ferro e que têm uma parte expressiva de seu faturamento oriundo de exportações. Para a decomposição, foram considerados os preços doméstico e internacional de cada um desses produtos e as quantidades consumidas no mercado interno e as exportadas, além da taxa de câmbio real e do crescimento do PIB.

xviii) *Receitas operacionais - empresas produtoras de não-transáveis*

Referem-se ao resíduo de receitas operacionais não incluídas nas decomposições anteriores. Foram decompostas com base na evolução dos preços e tarifas e nas quantidades comercializadas pela ELETROBRAS, TELEBRAS, Rede Ferroviária Federal e PORTOBRAS -que representam aproximadamente 70% deste segmento específico- ponderados pelos respectivos faturamentos, além do PIB real.

xix) *Pessoal e encargos sociais*

Não foi possível discriminar as remunerações dos demais custos das folhas de pagamentos das empresas estatais. Esta rubrica está decomposta através do PIB real e da evolução do número de empregados das empresas, sendo o impacto do salário real obtido por resíduo.

xx) *Gastos correntes das empresas estatais, exceto juros*

Inicialmente, através das informações da PETROBRAS e do orçamento da SEST de importações, foram discriminados os gastos com petróleo e demais importações das empresas estatais. Para estas, não havia informação disponível sobre os montantes dispendidos em bens de capital e insumos, com o que foi feita uma estimativa para ambos. Os demais gastos correntes com insumos e outros serviços foram obtidos pela diferença, não sendo possível, ademais, discriminar as despesas com impostos. Desse modo, esta rubrica está decomposta em preço e quantidade de petróleo importado, preço e quantidade dos insumos importados -o primeiro medido pelo índice da FUNCEX e o segundo por resíduo- e nacionais. Para o preço dos insumos nacionais, foi utilizado como proxy o Índice de Preços no Atacado- Disponibilidade Interna e as quantidades insumidas foram obtidas por resíduo. Completando o exercício de decomposição, incluiu-se, também, a taxa de câmbio real e o crescimento do produto.

xxi) *Juros e outros encargos financeiros internos e externos*

Na decomposição deste item de despesa, foram utilizados os estoques médios e as taxas de juros efetivamente observadas para as dívidas interna e externa das empresas estatais, além da taxa de câmbio real e do crescimento do produto. Cumpre ressaltar que foram consideradas como dívida externa as operações sob o amparo da Resolução 63 do Banco Central, que disciplina a contratação de empréstimos externos pelos bancos comerciais e seu posterior repasse interno, cujas taxas de juros referenciais são aquelas praticadas no mercado internacional, da mesma forma que os empréstimos-ponte (Avisos MF) concedidos a devedores em moeda estrangeira pelo Banco Central e Tesouro Nacional.

Não foram decompostos, a nível de governos federais e estaduais, as tranferências, por serem, em sua grande parte, determinação

constitucional ou compromissos junto a aposentados e pensionistas. Os subsídios e os investimentos foram considerados como uma variável de controle direto dos formuladores de política econômica.

Por este mesmo motivo, não foram decompostos os gastos de capital das empresas estatais federais, por terem sido considerados, também, como uma variável estritamente dependente de decisões de política econômica autônoma. Igualmente, não foram decompostas as receitas não-operacionais destas entidades que compreendem as "transferências correntes e de capital do Tesouro Nacional" e as "outras receitas não-operacionais", o que se deveu, em parte, à indisponibilidade das informações necessárias.

Em relação às transferências do Tesouro às empresas estatais, todavia, a não decomposição se justifica também pelo fato de que elas dependem basicamente de duas variáveis de política fiscal ativa: o nível das tarifas, fixado por vezes de acordo com outras necessidades de política econômica e social que não a rentabilidade empresarial - como é o caso da tarifa de transporte urbano de passageiros da Rede Ferroviária Federal, cujo subsídio é financiado principalmente pelas transferências correntes oriundas do orçamento fiscal - e, em menor escala, da taxa de investimentos das empresas, quando são alocados recursos para reforço de capital destinado a financiar uma parte da ampliação de plantas. Outras vezes, no entanto, o montante destes recursos varia em função da decisão autônoma de se promover o saneamento financeiro de algumas empresas - como bem o exemplifica a capitalização do sistema SIDERBRAS nos anos recentes -, o que tampouco descaracteriza a exogeneidade desta variável.

### 3. Análise da decomposição do déficit público

Para possibilitar a análise dos determinantes das receitas e gastos das administrações públicas, identificou-se as variáveis segundo o controle das autoridades sobre os instrumentos de política fiscal. Foram separados os fatores externos, como as variáveis determinadas fora da economia; fatores exógenos internos, ou as variáveis passivas, determinadas pela conjunção das políticas econômicas; e fatores de política fiscal, que são instrumentos diretos, como alíquotas dos impostos, emprego, salário real, compra de bens e serviços. Na Previdência Social, considerou-se como fatores de política fiscal, a alíquota sobre o valor real da folha de pagamentos e o valor dos benefícios.

Do ponto de vista dos orçamentos das empresas estatais, também, foi feita uma subdivisão em variáveis internas e externas. Como variáveis exógenas internas foram considerados a demanda doméstica por bens e serviços gerados pelas empresas estatais, o crescimento do Produto Interno Bruto, a taxa de câmbio real, a taxa de juros real interna e o preço real doméstico dos insumos nacionais. Como variáveis externas foram incluídas a demanda internacional por derivados do petróleo, minério de ferro, produtos siderúrgicos e os respectivos preços de exportação destes produtos; o preço do petróleo e dos demais

insumos importados; e a taxa de juros externa média, incidente sobre os estoques de dívida externa das empresas estatais.

Como variáveis de política fiscal ativa no segmento das empresas estatais, foram considerados os preços e tarifas domésticas praticados por essas empresas, assim como os gastos correntes na compra de bens e serviços nacionais e importados (inclusive petróleo), o salário real e o nível de emprego, os estoques de dívida interna e externa, o montante dos investimentos e as transferências de recursos fiscais recebidas do Tesouro Nacional.

a) ***Governos federal, estaduais e municipais: principais fatores explicativos da decomposição da receita e da despesa***

i) *Receita*<sup>9</sup>

Em termos gerais, a especificação da decomposição da variação explicada não apresenta viés sistemático nos resíduos. Em termos percentuais, o maior desvio se deu em 1983, cujo valor era 111% superior à variação explicada naquele ano. Em contrapartida, no ano de 1987, o desvio é praticamente nulo. Em suma, com a aparente aleatoriedade do comportamento dos resíduos com relação à variação explicada da receita, o detalhamento das variáveis de decomposição foi considerado satisfatório.

Com relação aos componentes exógenos, a variação da receita está mais associada ao comportamento cíclico do PIB real, como base geral de arrecadação. Em 1985 e 1986, o crescimento do *quantum* industrial e do produto nominal não-agrícola proporcionou dinamismo para o aumento proporcional da receita do FINSOCIAL e do IPI superar ao do produto total. A partir de 1987, a variação negativa da receita está associada à aceleração inflacionária, retratada pelo deflator do PIB, num processo descrito pelo efeito Oliveira-Tanzi. Em paralelo, a política cambial, ao provocar a valorização real do cruzado contribuiu para a perda de arrecadação, via imposto de importação. Igualmente, o ajuste no balanço de pagamentos agravou esta menor receita, pela redução do *quantum* importado (exceto petróleo).

A introdução do FINSOCIAL, a partir de 1982, exerceu papel destacado na sustentação da receita. A sua base de recolhimento, o PIB não-agrícola, foi importante fator de impulso exógeno à receita. Igualmente, observa-se que a base das taxas, ou seja, a prestação de serviços pelas administrações públicas, apresentou contínuo crescimento no período, indicando que a oferta destes serviços foi mantida independente da crise fiscal que já se desenvolvia.

Com referência aos fatores endógenos da política fiscal, destaca-se a perda de dinamismo no controle das alíquotas efetivas de impostos e taxas. Em especial, no ano de 1984, coincidentemente um ano de fim de governo, observa-se uma generalizada redução de todas as alíquotas, que virtualmente explica o comportamento da receita nesse ano.

## III.1 - DECOMPOSICAO DA RECEITA DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

% PIB

		1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
FATORES EXTERNOS	PR.IMP.USS\$ S/PET.	0.18	0.06	0.28	(0.11)	(0.03)	0.00	0.05	0.20
FATORES EXOGENOS	PIB NOMINAL	7.74	8.46	10.66	19.18	22.31	15.11	22.86	59.38
	DEFLATOR	(10.44)	(10.29)	(14.09)	(21.57)	(23.79)	(15.47)	(25.05)	(69.42)
	PIB REAL	0.54	(0.07)	0.44	(0.63)	(0.97)	(0.96)	(0.51)	0.03
	IPA-IT/DEFL.	0.02	(0.07)	0.03	0.08	(0.02)	(0.20)	0.20	0.12
	QUANTUM INDUST.	(0.28)	0.04	(0.25)	0.00	0.15	0.27	(0.02)	(0.16)
	TX. CAMBIO REAL	(0.20)	(0.11)	0.51	0.02	0.01	(0.09)	(0.07)	(0.13)
	EMPREST. S. P.	0.82	1.24	1.51	1.19	1.40	0.83	1.31	3.09
	Q. IMP. S/ PET.	(0.33)	(0.25)	(0.42)	0.10	0.13	0.50	(0.03)	(0.10)
	PIB SERVICOS	0.21	0.21	0.30	0.44	0.48	0.25	0.56	1.40
	PIB NOM. S/AGRIC.				1.29	1.33	0.93	1.50	4.61
	BASE TAXAS	0.72	0.55	0.63	0.69	0.53	0.28	0.19	0.55
FATORES POL. FISCAL	ALIQ. I.R.	0.27	0.10	0.70	(0.05)	(0.36)	(0.54)	(0.98)	0.49
	ALIQ. IPI	0.03	(0.13)	(0.02)	(0.77)	0.53	0.51	0.20	(0.17)
	ALIQ. IMP.IMP.	0.05	0.01	(0.07)	(0.03)	0.01	0.00	0.00	0.02
	TX. MEDIA	(0.17)	(0.06)	(0.15)	(0.09)	(0.03)	(0.10)	(0.01)	(0.04)
	ALIQOTA IOF	0.55	0.08	(0.70)	(0.36)	0.09	(0.18)	0.50	0.34
	ALIQOTA ICM	0.18	(0.06)	0.03	(0.49)	(0.50)	0.42	(1.37)	(0.32)
	ALIQOTA ISS	(0.01)	0.01	(0.02)	(0.02)	(0.05)	0.05	(0.12)	(0.05)
	ALIQOTA I.R. e TXs	0.01	0.00	(0.05)	(0.06)	(0.12)	0.16	(0.11)	(0.21)
	ALIQOTA FINSOCIAL				(0.11)	(0.05)	0.03	(0.12)	(0.26)
VARIACAO EXPLICADA		(0.11)	(0.28)	(0.68)	(1.30)	1.05	1.80	(1.02)	(0.63)
CONTAS EXOGENAS	OUTRAS CONTRIB. FED.	0.07	(0.01)	1.27	0.00	(0.47)	(0.02)	(0.13)	0.32
	OUTRAS REC.CORR.FED.	(0.18)	(0.02)	(0.59)	(0.12)	0.01	0.63	(0.15)	(0.56)
	OUT.REC.CORR.EST/MUN	0.10	0.03	(0.19)	0.08	0.30	0.10	0.26	0.20
	RESIDUO	(0.15)	0.08	0.27	0.74	0.01	(0.60)	0.02	0.40
VARIACAO TOTAL		(0.27)	(0.20)	0.08	(0.60)	0.90	1.91	(1.02)	(1.07)
	RESIDUOS								
	RESIDUO IPI	0.08	0.12	0.03	0.08	(0.09)	(0.11)	(0.09)	(0.19)
	RESIDUO IMP.IMP.	(0.07)	(0.02)	(0.11)	(0.01)	0.00	0.06	(0.04)	(0.01)
	TOTAL	(0.10)	(0.18)	(0.76)	(1.23)	0.96	1.75	(1.15)	(0.83)

Como grave problema da administração da política fiscal de médio prazo, constata-se o desempenho da alíquota efetiva do imposto de renda, principal fonte de receita do setor público, com redução sistemática, entre 1984 e 1987. Em contraposição, a partir de 1985, a elevação da alíquota do IPI, segunda principal fonte de arrecadação, propiciou um aumento de receita em 1.24% do PIB, até 1987, comparada à perda de receita de 1.88% do PIB, no mesmo período, provocada pela redução da alíquota do Imposto de Renda. Este resultado retrata a manobra da política fiscal brasileira, no governo inaugurado em 1985, de substituir o imposto direto sobre a renda pelo indireto, como o IPI.

O movimento cíclico da receita dos governos, decorrente, em grande parte, da oscilação da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto e da má administração da política fiscal, em especial após 1985, conformou um dos principais motivos da crise fiscal do Estado que, como se verá abaixo, experimentou substancial crescimento das suas despesas.

#### ii) *Gastos*<sup>10</sup>

Das variáveis exógenas de gastos, ganham destaque especial as variações das dívidas dos governos, como os principais agravantes da pressão de gastos públicos, como base dos pagamentos de serviços financeiros ao setor privado e ao exterior.

A variação da dívida federal interna é o fator preponderante para o aumento de gastos. Como se trata da variação nominal, a aceleração desse fator, como em 1985 e 1988, é consistente com a elevação da taxa de inflação, retratando um dos aspectos de realimentação de gastos. A aceleração do endividamento público foi observada no ano seguinte à crise de 1982, quando se acentuaram os repasses de passivo externo do setor privado ao setor público. A importância da dívida externa como fator explicativo da variação dos gastos ficou relativamente estável, a partir de 1984.

A taxa de juros aplicada sobre a dívida interna foi virtualmente controlada pelo Banco Central nas suas operações no mercado aberto. Nesse sentido, é curioso observar a prática de juros com implicação de redução de gastos, vale dizer, variações negativas das taxas de juros reais, nos anos de 1985 e 1986. Se tal prática resulta em queda de despesas no curto prazo, pode-se converter em perigoso desestabilizador de expectativas no mercado monetário, com relação às perdas inflacionárias, cuja consequência é a própria dinamização da taxa de inflação.

Com relação aos fatores de política fiscal influentes no comportamento das despesas, surpreende a pouca representatividade da variável emprego, comentado como um dos símbolos da irresponsabilidade da política econômica, especialmente a partir de 1985. O comportamento dos salários reais no setor público, à exceção de 1986, à época do Plano Cruzado, não comprometeu o orçamento de gastos. Paralelamente, algum crescimento foi observado na compra de bens e serviços, entre 1985 e 1987, com ajuste parcial deste item, em 1988. Em suma, os

## III.2 - DECOMPOSICAO DOS GASTOS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

% PIB

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
FATORES EXTERNOS								
TX. JUROS EXT.	(0.04)	0.65	(0.55)	0.00	(0.08)	(0.30)	(0.20)	0.17
FATORES EXOGENOS								
PIB REAL	0.36	(0.03)	0.37	(0.48)	(0.94)	(0.92)	(0.41)	0.01
IPA/DEFLATOR	0.06	(0.15)	(0.25)	0.08	(0.07)	(0.06)	0.04	0.05
DEFLATOR	(2.01)	(1.44)	(2.29)	(5.22)	(5.34)	(3.34)	(3.02)	(15.06)
TX. JUROS FED.	0.07	(0.27)	0.03	0.50	(0.31)	(0.98)	0.73	0.35
TX. JUROS ESTAD.	(0.01)	0.03	0.08	0.03	0.20	(0.22)	0.23	(0.24)
DIVIDA FED.	0.99	1.79	1.65	2.69	5.60	3.18	1.68	11.74
DIVIDA ESTAD.	0.25	0.25	0.46	0.75	1.05	1.09	1.04	4.91
DIVIDA EXT.	0.02	0.08	0.85	0.36	0.01	0.33	0.44	0.16
TX. CAMB. REAL	(0.04)	(0.02)	0.37	0.03	0.02	(0.14)	(0.09)	(0.21)
FATORES POL. FISCAL								
EMPREGO	0.20	0.20	0.30	0.30	0.20	0.10	0.10	0.10
SALARIO REAL	(0.10)	0.40	(1.20)	(0.50)	0.50	1.90	(0.30)	(0.10)
QUANTUM B/S FED.	(0.12)	(0.20)	0.48	0.03	0.22	(0.13)	0.49	(0.17)
QUANTUM B/S EST/MUN.	0.06	0.25	(0.41)	0.04	0.35	0.45	0.13	(0.01)
VARIACAO EXPLICADA	(0.31)	1.54	(0.11)	(1.39)	1.41	0.96	0.86	1.70
OUT. FAT. POL. FISCAL								
TRANSFERENCIAS	0.57	(0.35)	0.05	(0.20)	0.07	0.93	(0.92)	(0.72)
SUBSIDIOS	(0.42)	0.09	0.22	(0.32)	(0.10)	0.11	0.23	(0.14)
INVESTIMENTOS	0.53	(0.77)	(0.45)	(0.08)	0.74	1.05	0.12	0.46
INVEST. FINANCEIROS	0.03	0.08	(0.05)	(0.03)	0.03	1.62	(1.20)	(0.38)
LOAT	0.27	(0.19)	(0.52)	0.08	(0.39)	(0.47)	(0.83)	0.31
RESIDUO	0.81	(0.57)	0.92	1.60	(0.39)	(1.11)	2.63	(2.13)
VARIACAO TOTAL	1.48	(0.17)	0.06	(0.34)	1.37	3.09	0.89	(0.90)
RESIDUOS								
RESIDUO JR. DIV. FED.	(0.17)	(0.57)	(0.21)	(0.16)	(1.27)	(0.62)	(0.07)	(1.23)
RESIDUO JR. DIV. EST.	(0.03)	0.00	(0.04)	0.07	(0.12)	(0.13)	(0.09)	(0.12)
RESIDUO JR. EXT.	(0.01)	0.13	(0.29)	(0.26)	(0.06)	0.06	(0.03)	0.16
TOTAL	(0.52)	1.10	(0.65)	(1.74)	(0.04)	0.27	0.67	0.51

gastos com custeio e pessoal não foram representativos na pressão por aumento de gastos dos governos durante o período analisado.

O desempenho orçamentário dos governos federal, estaduais e municipais reflete um crescente constrangimento ao longo da década, em decorrência da virtual estagnação da participação das respectivas receitas no PIB e do aumento da participação dos gastos.

A estagnação da receita se dá em função das crises recessivas do produto interno ao longo da década, reduzindo a base de arrecadação; da aceleração inflacionária, notadamente após 1986; e dos descaminhos da administração da política fiscal que diminuiu a importância do imposto direto sobre a renda em favor do I.P.I., mediante o ordenamento das alíquotas médias de ambos os impostos. Nesse âmbito, além de conferir uma estrutura tributária socialmente mais regressiva, tal manobra reduz a base de tributação, restrita aos produtos industriais.

O crescimento das despesas dos governos tem um caráter fundamentalmente financeiro, associado ao aumento da dívida interna federal no seu conceito nominal, determinado por sucessivos déficits no passado, e da elevação do passivo externo, após 1982.

#### b) *Previdência Social*

A decomposição da receita e dos gastos da Previdência Social, pela limitação das informações disponíveis, não possibilitou alcançar alto nível de explicação. Os níveis de resíduo são superiores à variação total observada.

Não obstante, pode-se observar, no período estudado, que o esforço de controle sobre o déficit previdenciário recaiu sobre os seus gastos. Dos oito anos levantados, os gastos reduziram-se em seis destes anos, enquanto a receita aumentou em apenas quatro anos. Neste esforço de diminuição do dispêndio, o principal mecanismo foi a queda no valor real do benefício médio. Por sua vez, esta queda refletiu, também, a queda do poder de compra gerado pelos altos níveis inflacionários.

Pela receita, esta deterioração salarial, mais o desemprego, influíram como fator principal nas dificuldades de arrecadação previdenciária. Em termos de política explícita, registrou, apenas em 1984, uma elevação da alíquota para as contribuições ao Sistema.

#### c) *Empresas estatais: decomposição das receitas e dos gastos*<sup>11</sup>

##### i) *Receitas*

Do ponto de vista das receitas das empresas estatais, as decisões de política fiscal foram, via de regra, as principais determinantes de sua variação, relativamente aos demais fatores.

Com efeito, as variáveis externas, e particularmente o preço dos bens transáveis, são de importância menor na explicação das variações

## III.3 - DECOMPOSICAO DA RECEITA E DA DESPESA DA PREVIDENCIA SOCIAL

% PIB

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
FATORES EXOGENOS	(0.33)	(0.09)	(1.03)	(0.55)	(0.49)	0.22	(0.27)	(0.68)
PIB REAL	0.21	(0.03)	0.20	(0.26)	(0.41)	(0.34)	(0.18)	0.01
FOLHA	(0.54)	(0.06)	(1.23)	(0.29)	(0.08)	0.56	(0.09)	(0.69)
FAT.POLIT.FISCAL								
ALIQ.PREVIDENCIA	0.00	0.00	0.00	0.55	0.00	0.00	0.00	0.00
VAR. EXPLICADA	(0.33)	(0.09)	(1.03)	0.00	(0.49)	0.22	(0.27)	(0.68)
CONTAS EXOGENAS								
RESIDUO	0.48	0.86	0.34	0.13	0.07	0.22	(0.20)	0.07
VARIACAO TOTAL	0.15	0.77	(0.69)	0.13	(0.42)	0.44	(0.47)	(0.61)
DESPESA								
FATORES EXOGENOS	0.84	0.29	0.91	(0.29)	(0.17)	(0.21)	0.00	0.06
PIB REAL	0.25	(0.03)	0.21	(0.28)	(0.40)	(0.35)	(0.17)	0.01
BENEFIC.(NUM)	0.59	0.32	0.70	(0.01)	0.23	0.14	0.17	0.05
FAT.POLIT.FISCAL								
BENEFIC. MEDIO	(0.30)	0.10	(1.00)	(0.49)	(0.24)	0.47	(1.21)	(0.42)
VAR. EXPLICADA	0.54	0.39	(0.09)	(0.78)	(0.41)	0.26	(1.21)	(0.36)
CONTAS EXOGENAS								
RESIDUO	(0.85)	0.28	(0.42)	0.18	0.15	(0.13)	1.00	0.04
VARIACAO TOTAL	(0.31)	0.67	(0.51)	(0.60)	(0.26)	0.13	(0.21)	(0.32)

das receitas das estatais, dado que a participação média do mercado externo nas receitas operacionais dessas entidades não atingiu 7%, no período 1980-1988 —ainda que, para algumas empresas, como a SIDERBRAS e a Cia. Vale do Rio Doce, este percentual atinja patamares muito mais expressivos.

Este baixo coeficiente de exportações no faturamento global é, também, o motivo básico pelo qual, dentro dos fatores internos, a taxa de câmbio real, à exceção de 1983 quando houve uma descontinuidade da política cambial, desempenhou um papel secundário na determinação das variações de receitas (conforme se comprova com o exercício de simulação anexo), não obstante o fato de ter apresentado uma dispersão significativa de seus patamares, ao longo do período analisado.

Já a demanda doméstica pelos bens e serviços gerados pelas empresas estatais atuou, de maneira geral, em sentido pró-cíclico, o que fez com que os efeitos de suas variações fossem parcialmente compensadas pelo próprio impacto dos movimentos da renda real sobre a razão receitas/PIB.

Os fatores de política fiscal ativa se compõem da política tarifária e das transferências do Tesouro, sendo que esta últimas a rigor, somente são relevantes para explicar as variações de receitas no biênio 1987-1988, no contexto do programa de capitalização das empresas do setor elétrico e siderúrgico. De fato, ao longo do período 1980-1988, a política de fixação de preços e tarifas das estatais foi a principal responsável pelas modificações observadas no faturamento das empresas.

A diretriz básica desta política - à exceção de 1987, no caso dos bens e serviços não-transáveis - foi a redução do valor real dos preços e tarifas, conforme já mencionado neste trabalho, com objetivos por vezes alheios à endogenia das respectivas empresas. Cumpre salientar, todavia, que, no caso específico do preço dos derivados do petróleo, cuja receita foi em média 54% do total das receitas operacionais das estatais, esta diretriz teve seu impacto levemente atenuado pela tendência declinante do custo do petróleo importado pela PETROBRAS,

III.4 - DETERMINANTES DA VARIAÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL FEDERAL SEGUNDO A NATUREZA DOS FATORES 1980/1988 (\*)  
Em % do PIB

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
<b>I - FATORES EXTERNOS</b>	-	0.30	0.12	0.11	0.44	0.02	-0.53	0.21	0.26
. Preço Médio Exp. Deriv. Petr.	-	0.00	-0.03	-0.04	0.00	0.00	-0.32	0.05	-0.04
. Preço Méd. Exp. do Min. de Fer.	-	0.01	0.03	-0.01	-0.04	0.00	0.01	-0.02	-0.01
. Preço Médio de Exp. Prod. Sider.	-	0.01	-0.01	-0.02	0.00	-0.03	-0.01	0.02	0.11
. Quantidade Exp. Deriv. Petr.	-	0.27	0.11	0.03	0.33	-0.09	-0.17	0.04	0.04
. Quantidade Exp. Min. de Fer.	-	0.01	-0.05	0.00	0.10	0.02	-0.01	0.04	0.02
. Quantidade Exp. Prod. Sider.	-	0.00	0.07	0.15	0.05	0.12	-0.03	0.08	0.14
<b>II - FATORES INTERNOS</b>	-	0.01	-0.13	0.58	0.19	-0.39	-0.16	-0.07	0.02
. PIB Real	-	0.50	-0.07	0.41	-0.67	-1.13	-0.98	-0.40	0.03
. Taxa de Câmbio Real	-	-0.09	-0.05	0.28	0.03	0.01	-0.15	-0.06	-0.16
. Demanda Domest. Deriv. Petr.	-	-0.31	-0.27	-0.37	-0.05	0.25	0.61	0.18	0.18
. Demanda Domest. Min. de Fer.	-	-0.07	0.01	0.00	0.08	0.02	0.03	0.03	0.04
. Demanda Domest. Prod. Sider.	-	-0.25	-0.06	-0.11	0.31	0.09	0.21	-0.01	-0.15
. Dem. Domest. Bens/Serv.N/Trans.	-	0.23	0.31	0.37	0.49	0.37	0.12	0.19	0.08
<b>III - FATORES DE POLÍTICA FISCAL</b>	-	0.68	-1.38	-0.24	-0.42	-2.34	-1.91	1.33	-1.88
. Preço Real Domest. Deriv. Petr.	-	0.36	-0.73	0.38	-0.29	-2.19	-1.52	-0.38	-1.08
. Preço Real Domest. Min. de Fer.	-	-0.03	0.00	-0.03	-0.02	0.07	-0.05	-0.14	0.05
. Preço Real Domest. Prod. Sider.	-	0.11	-0.07	-0.04	0.01	-0.04	-0.19	-0.10	-0.06
. Tar. Real Méd. Bens/Serv.N/Trans.	-	-0.15	-0.28	-0.28	-0.14	-0.25	-0.56	0.62	-0.14
. Rec. Não Operac. - Transf. Tes.	-	0.39	-0.30	-0.27	0.02	0.07	0.41	1.33	-0.65
<b>IV - OUTROS FATORES</b>	-	0.32	0.08	1.17	-0.56	1.88	1.94	0.97	-0.54
. Rec. Não Operacionais - Outras	-	0.10	-0.25	0.83	-1.08	0.11	0.23	-0.08	-0.82
. Resíduo	-	0.22	0.33	0.34	0.52	1.77	1.71	1.05	0.28
<b>V - VAR. RECEITAS DAS ESTAT. (**)</b>	-	1.31	-1.31	1.62	-0.35	-0.83	-0.66	2.44	-2.14
. Receitas do Ano Anterior	-	14.42	15.73	14.42	16.04	15.69	14.86	14.20	16.64
. Receitas do Ano Corrente	-	15.73	14.42	16.04	15.69	14.86	14.20	16.64	14.50

(\*) Valores positivos indicam um aumento nas receitas das empresas estatais.

(\*\*) Excluídas as Operações de Crédito

o que talvez explique a melhor situação financeira da empresa, se comparada com a SIDERBRAS e a ELETROBRAS.

ii) *Gastos*

Ao contrário das receitas das empresas estatais, os determinantes passivos e ativos, do ponto de vista da política fiscal, se alternaram em importância na explicação do comportamento dos gastos dessas entidades, ao longo do período 1980-1988.

Em 1981, os efeitos isolados da elevação dos preços do petróleo importado — cujas despesas consumiam quase 4% do PIB, àquela época — responderam por cerca de um terço da variação dos gastos das estatais. Entretanto, este movimento foi parcialmente atenuado pela redução das quantidades importadas, no contexto da queda do nível de atividade econômica, e pela prática de uma política cambial que induziu à valorização da moeda nacional frente ao dólar, o que se repetiu no ano seguinte.

III.5 - DETERMINANTES DA VARIAÇÃO DOS GASTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS SEGUNDO A NATUREZA DOS FATORES - 1981/1988 (\*\*)

Em % do PIB

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
<b>I - FATORES EXTERNOS</b>	-	0.81	0.17	-0.50	0.03	-0.14	-1.64	0.46	-0.34
. Preço do Petróleo Importado	-	0.75	-0.15	-0.33	-0.21	-0.07	-1.28	0.35	-0.27
. Preço Médio dos Insumos Import.	-	0.02	0.01	0.03	-0.03	-0.01	0.00	0.01	0.06
. Taxa Externa Média de Juros	-	0.04	0.31	-0.20	0.27	-0.06	-0.36	0.10	-0.13
<b>II - FATORES ENDOGENOS INTERNOS</b>	-	-0.19	-0.58	2.37	-0.56	-1.36	-2.18	1.48	-0.36
. PIB Real	-	0.45	-0.05	0.44	-0.73	-1.15	-0.99	-0.39	0.03
. Taxa Interna Média de Juros	-	0.04	-0.06	-0.01	-0.08	0.07	-0.12	0.70	0.29
. Taxa de Câmbio Real	-	-0.72	-0.29	1.71	0.10	0.06	-0.46	-0.21	-0.44
. Preço Real Méd. Insumos Nac.	-	0.04	-0.18	0.23	0.15	-0.34	-0.61	1.38	-0.24
<b>III - FATORES DE POLÍTICA FISCAL</b>	-	1.34	-0.25	-0.71	-0.25	0.60	0.95	0.06	-1.17
. Salário Real	-	0.16	0.04	-0.32	-0.26	0.24	0.14	0.34	-0.10
. Nível de Emprego	-	-0.05	0.04	-0.03	0.06	0.04	0.06	0.02	-0.09
. Quantidade Importada de Petr.	-	-0.12	-0.23	-0.33	-0.46	-0.55	0.26	0.05	0.04
. Quant.Cons.Out. Insumos Import.	-	-0.05	0.00	-0.02	0.04	0.03	0.04	0.03	-0.08
. Quantidade Cons. Insumos Nac.	-	0.61	0.61	0.81	0.60	0.62	0.84	-0.68	-0.47
. Estoque Médio de Dívida Interna	-	-0.01	0.01	0.06	0.00	0.05	0.10	0.01	-0.20
. Estoque Médio de Dívida Externa	-	0.14	0.12	0.11	0.14	0.15	-0.07	-0.05	-0.05
. Invest. e Demais Gastos de Cap.	-	0.66	-0.84	-0.99	-0.37	0.02	-0.42	0.34	-0.22
<b>IV - OUTROS FATORES</b>	-	0.27	0.33	-0.20	0.11	0.03	0.27	-0.14	0.01
. Resíduo	-	0.27	0.33	-0.20	0.11	0.03	0.27	-0.14	0.01
<b>V - VAR. GASTOS DAS ESTATAIS (**)</b>	-	2.23	-0.33	0.96	-0.67	-0.87	-2.60	1.86	-1.86
. Gastos Totais do Ano Anterior	-	15.65	17.88	17.57	18.53	17.86	16.99	14.39	16.25
. Gastos Totais do Ano Corrente	-	17.88	17.57	18.53	17.86	16.99	14.39	16.25	14.39

(\*) Valores positivos indicam um aumento nos gastos totais das empresas estatais.

(\*\*) Excluídas as amortizações.

Esta estratégia foi revertida bruscamente em 1983, com as máximas valorizações do cruzeiro de então em 30% reais, que só não foi mais danosa para as finanças das estatais pelos já mencionados cortes nos seus investimentos e nos salários reais dos funcionários, que seguiram caindo em 1984. Ademais, exatamente em 1983 teve início a trajetória declinante do custo do petróleo importado, a qual, somada à nova redução da quantidade importada -devida não só ao período recessivo então vivido pela economia brasileira, como também ao incremento da produção doméstica e do processo de substituição da gasolina pelo álcool combustível-, amorteceu sensivelmente os efeitos, tanto desta medida de política cambial, quanto da elevação das taxas de juros internacionais.

Em 1985, com a mudança do governo, a redução observada nos gastos das estatais, como proporção do PIB, se deu mais pelo crescimento da renda real do que por iniciativa da política econômica que, ao contrário, atuou em sentido inverso, sancionando uma recuperação parcial dos salários reais dos empregados das estatais e revertendo, ainda que timidamente, a queda contínua dos gastos de capital observada desde 1982.

Já em 1986, ano de edição do Plano Cruzado, tanto o entorno macroeconômico interno, quanto a conjuntura internacional foram amplamente favoráveis à execução financeira das empresas estatais. De fato, no front externo, o preço do petróleo importado se reduziu em quase 50% em relação ao ano anterior e as taxas de juros internacionais acusaram uma das maiores quedas do período em análise. Internamente, o congelamento dos preços e da taxa de câmbio, a redução das taxas internas de juros, e a expansão vigorosa do produto interno bruto mostraram-se mais que suficientes para compensar o expressivo aumento observado nos gastos de custeio, determinado, em parte, pela elevação da quantidade importada de petróleo para suprir uma demanda interna extremamente aquecida.

O comportamento dos gastos das estatais em 1987, no entanto, refletiu nitidamente a reversão do quadro favorável do ano precedente. Com efeito, o preço do petróleo importado voltou a reagir e, apesar da implementação de um novo programa heterodoxo de estabilização, os insumos nacionais recuperaram o atraso em seus preços verificado no período de congelamento do plano anterior e as taxas internas médias de juros aumentaram bruscamente. Neste exercício, as variáveis de política fiscal ativa foram praticamente irrelevantes para alterar o montante dos gastos, ainda que permitindo mudanças em sua composição, através do avanço relativo dos custos salariais e dos gastos de capital.

Já em 1988, seriam estas as variáveis determinantes da contenção dos gastos das empresas do Setor Produtivo Estatal. A exceção de um pequeno aumento da quantidade importada de petróleo, todos os demais componentes do grupo de fatores de política fiscal ativa atuaram no sentido de reduzir as despesas destas entidades, o que pode ser atribuído, não só ao controle direto dos dispêndios realizados pelas autoridades econômicas, como também às restrições creditícias estabelecidas para o conjunto do setor público.

#### 4. Exercícios utilizando a decomposição do déficit público

Um dos resultados deste esforço de decomposição do déficit público é a possibilidade de se simular os efeitos diretos sobre o déficit de medidas econômicas ou da trajetória de certas variáveis-chaves. Nesta etapa do estudo, realizou-se dois exercícios sobre o ano base de 1988: uma desvalorização real de 10% e um conjunto de medidas fiscais para eliminação do déficit consolidado de 4.81% do PIB.

##### a) *Desvalorização real de 10%*

O impacto desta medida recairá basicamente sobre as empresas estatais, devido a suas compras e dívidas externas. Como o conjunto destas empresas se caracterizam pela pouca importância da participação das exportações nas suas receitas, um movimento cambial de 10% trará um efeito líquido direto de -0.13% do PIB.

Sobre os governos federal e estaduais, o efeito da desvalorização é negativo, dado os seus passivos externos. Igualmente, a estrutura tributária não capta a maior receita de exportação, dadas as isenções sobre elas, registrando apenas um ligeiro incremento na receita dos impostos de importação e operações cambiais. O efeito direto nas administrações públicas foi de -0.10% do PIB.<sup>12</sup>

##### b) *Eliminação do déficit consolidado de 1988 de 4.81% do PIB*

Tentou-se montar uma simulação de um conjunto de medidas para eliminação do déficit consolidado de 4.81% do PIB em 1988. As hipóteses, baseadas no que o atual debate econômico coloca como "choque fiscal", foram: a) o realinhamento das tarifas das empresas estatais de tal forma que permitissem a remuneração real do ativo imobilizado das empresas, além de eliminar as distorções dos congelamentos pós-1984; b) desvalorização cambial para não onerar a competitividade dos produtos manufaturados; c) aumento da alíquota efetiva do IPI e do ICM em 10% real, através de reduções de prazo e melhor sistema de arrecadação; d) corte de 10% nas compras de bens e serviços dos governos federal e estadual, compensando a elevação dos preços; e) aumento de 10% na alíquota de contribuição da Previdência; f) como política residual, aumento no imposto de renda suficiente para eliminar o déficit.

Não foi considerada a demissão de funcionários, dada a estabilidade concedida pela Constituição, queda no salário real ou do nível de investimentos públicos. Foram mantidas, ainda, os atuais níveis de transferência para estados, municípios e empresas estatais. Também não foi estimado o impacto de uma variação nas taxas de juros reais internas ou externas, como também não se colocou nenhuma redução das dívidas interna ou externa.

O realinhamento das tarifas implica em um aumento real médio de 35.5% dos seus níveis de 1988. Este aumento deve impactar no índice

III.6 - EFEITOS DE UMA DESVALORIZAÇÃO REAL DE 10% DO CÂMBIO SOBRE O SETOR PÚBLICO - ANO BASE = 1988  
EM % do PIB

DISCRIMINAÇÃO	BASE 1988	EFEITO DIRETO
I - RECEITAS AFETADAS	1.98	0.20
. Receita de Exportação de Derivados PETROBRAS	0.26	0.03
. Receita de Exportação de Minerio de Ferro	0.28	0.03
. Receita de Exportação de Produtos Siderurgicos	0.76	0.08
. Receita do Imposto de Exportação	0.37	0.04
. Receita do Imposto sobre Operações Financeiras	0.31	0.03
II - DESPESAS AFETADAS	4.26	0.43
. Despesa com importação de petróleo	1.06	0.11
. Despesa com Importação de Outros Insumos	0.20	0.02
. Despesa com Importação de Bens de Capital	0.43	0.04
. Juros da Dívida Externa das Empresas Estatais	0.90	0.09
. Juros da Dívida Externa do Governo Federal	1.67	0.17
III - EFEITO LÍQUIDO		(0.23)

III.7 - EFEITO DAS MEDIDAS PARA ELIMINAR O DÉFICIT CONSOLIDADO DE 4,81% EM 1988.

EM % do PIB

DISCRIMINAÇÃO	BASE 1988	EFEITO DIRETO
1) REALINHAMENTO TARIFÁRIO (35%)	9.21	3.27
2) EFEITO PREÇO	10.82	(0.74)
ARRECADACAO IPI	1.87	0.19
COMPRA BENS E SERVIÇOS	2.26	(0.26)
INSUMOS EMPRESAS ESTATAIS	6.69	(0.67)
3) DESVALORIZAÇÃO REAL DE 10%	2.25	(0.23)
4) RED. COMPRA BENS/SERV. EM 10%	2.26	0.26
5) AUMENTO DA RECEITA EM 10%	6.39	0.64
IPI	1.87	0.19
ICM	4.52	0.45
6) AUMENTO CONTRIBUIÇÕES EM 10%	3.81	0.38
INPS	3.81	0.38
7) AUM. EM 33% NA ALIQ. I. RENDA.	3.78	1.24
VARIAÇÃO TOTAL		4.82

de preços por atacado em cerca de 10% superior ao verificado pelo deflator do PIB, considerando as ponderações das tarifas no IPA e a participação do setor industrial na composição do produto.

Todavia, como não se deseja retirar graus de competitividade das exportações, será necessário realizar uma desvalorização real de 10%, cujos impactos estão mensurados no exercício anterior. As medidas sobre impostos indiretos visam não só o aumento da alíquota nominal, mas, principalmente, a redução dos efeitos da inflação sobre suas receitas. Por igual motivo, sofreram idêntico aumento, as alíquotas de contribuições da Previdência Social.

Como detalhado na Tabela III.7, o somatório dos efeitos líquidos diretos destas medidas seria uma redução de 3.55% no déficit consolidado. Portanto, para alcançar 4.82%, será necessário um aumento de 33.3% na alíquota efetiva do imposto de renda. Este aumento poderá ser via: i) incremento das alíquotas nominais; ii) expansão da base tributária para setores não-contribuintes, como setor agrícola e rendimentos de capital; ou iii) eliminando-se isenções.

Esta metodologia não permite avaliar o impacto destes exercícios sobre outras variáveis reais e monetárias da economia. Muito menos analisa-se a viabilidade política das propostas.

#### IV. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL BRASILEIRA NO PERÍODO 1980-1988

Este capítulo visa analisar a política fiscal a partir dos dados levantados e da metodologia utilizada. Porém, inicialmente, serão apresentadas, de forma crítica, algumas características do setor público brasileiro e de suas empresas. Ainda, antes da análise da política fiscal, será colocado o entorno macroeconômico na qual foi aplicada.

##### 1. As "inconsistências" fiscais no setor público brasileiro

No início dos anos 80, a economia brasileira, como outras economias latino-americanas, foi submetida a uma profunda alteração das fontes de financiamento das alocações de capital. A partir de 1982, esgotaram-se as fontes externas de recursos. O setor público, mediante a ação da política econômica ao longo dos anos 70, havia acolhido em seu passivo as perdas econômicas decorrentes das alterações nos preços relativos causados pelos choques de petróleo e dos juros externos, evitando transferi-las à sociedade na forma de tarifas, tributos e redução da taxa de crescimento do produto interno bruto.

Os investimentos do setor público eram financiados basicamente por recursos externos. A demanda agregada era estimulada pela ação estatal, consubstanciada através de ampla descentralização orçamentária, associada à reforma administrativa de 1967.

De fato, desde que a economia obtivesse o volume de recursos suficiente para sustentar o crescimento econômico, era desejável a maior agilidade possível na execução dos orçamentos. Assim, a administração indireta foi dotada de orçamentos próprios, providos de elevado grau de liberdade quanto aos mecanismos de expansão dos seus gastos.

Sob o conceito de agilidade orçamentária que norteava a administração pública, em contrapartida à idéia de controle e otimização de recursos escassos, o setor público desenvolveu algumas estranhas e nocivas formas de execução orçamentária.

Até 1985, como descrito anteriormente, conviviam em pleno funcionamento o denominado orçamento monetário, executado através da conta-movimento do Banco do Brasil no Banco Central; o orçamento fiscal que excluía várias operações de crédito constantes do orçamento monetário ou do orçamento das estatais compostos, em parte, por recursos oriundos do orçamento fiscal e por operações de crédito junto aos setores público e privado.

Em paralelo, autarquias tinham seus orçamentos aprovados pelo Executivo, sem qualquer associação com o orçamento fiscal, que, desta forma, foi gradativamente esvaziado. Isto gerou o surgimento de dois problemas básicos: o primeiro, a apresentação de um falso resultado de superávit que propiciava transferências adicionais a outras contas; e a atribuição às agências descentralizadas da responsabilidade pela implementação de políticas sociais, onde o ônus do financiamento acabava caindo sobre os usuários na forma de preços, anulando a função distributiva inerente a política fiscal.<sup>13</sup>

Ao final de 1979, como sinal da crise de financiamento eminente, foi criada a Secretaria de Controle das Estatais - SEST. Na verdade, a montagem da SEST representou a primeira séria reviravolta no conceito de descentralização orçamentária. Em termos de sua concepção teórica, o setor público, buscando maximizar o retorno econômico de seus investimentos produtivos, desenvolveu todo um conjunto de alocadores individuais de recursos que, atuando no mercado, poderia maximizar os benefícios econômicos pretendidos. A SEST representou a centralização desta alocação pelas empresas, com propósitos exclusivos de exercer o controle financeiro.

Tendo o movimento da descentralização orçamentária desmontado a capacidade do setor público de ordenar sua política fiscal conforme um cenário de consistência macroeconômica, a nova centralização, iniciada pela SEST, devido à incapacidade operativa da nova sistemática, trouxe sérios problemas de ineficácia econômica. Ajustes indiscriminados no fluxo de investimentos das empresas estatais prejudicaram a apropriação de benefícios perante custos marginais de conclusão de projetos importantes.

A deterioração do cenário econômico, associada à crise de financiamento do setor público, propiciou a reorganização da estrutura orçamentária, como requisito dos organismos financeiros internacionais e um prenúncio da reforma política inaugurada em 1985. Não obstante, as relações e conflitos de interesses cristalizados na anterior ordem social têm tornado a reformulação das contas uma tarefa demasiadamente lenta, dificultando a explicitação de itens, tais como os de renúncia fiscal, que confirmam transparência ao ajustamento fiscal. Mesmo assim, o remanejamento orçamentário tem obtido relevantes resultados. Vale destacar o fim do componente fiscal do orçamento monetário e da contagem do Banco do Brasil; a criação do caixa único, através da Secretaria do Tesouro Nacional; a transferência das operações oficiais de crédito e do resultado de lucro do Banco Central para o orçamento fiscal.

A Constituição de 1988, ao estabelecer os novos procedimentos relativos aos orçamentos, ratificou todo este processo de unificação orçamentária. Cabe ao Executivo remeter, para apreciação do Congresso Nacional, além do Orçamento Fiscal, o da Seguridade Social e o de Investimentos das Empresas Estatais, que deverão, necessariamente, estar de acordo com o Plano Plurianual, onde são descritas as metas e diretrizes de tais gastos. Ademais, foi determinada a formulação de uma lei de diretrizes, para elaboração dos orçamentos, estabelecendo o perfil da política fiscal para o exercício seguinte.

Paralelamente à unificação dos orçamentos federais, a Constituição estabeleceu uma maior descentralização regional das aplicações de recursos, com redução da competência tributária da União em favor dos Estados e Municípios, mediante aumento dos percentuais da partilha do Imposto de Renda e do IPI com os governos locais, assim como a obrigatoriedade de aplicar, em programas regionais, 3% da receita desses impostos.

Contudo, a Constituição não previu a descentralização de encargos correspondentes às esferas regionais de governo federal agravando o quadro fiscal da União. Ao mesmo tempo, o novo texto legal onerou adicionalmente os gastos públicos, em especial os de Seguridade Social, através da extensão do salário-maternidade a 120 dias; da remuneração vitalícia de um salário-mínimo a inválidos e idosos; e, principalmente, da atualização monetária dos benefícios pagos pelo sistema previdenciário. Cumpre ressaltar, todavia, que as fontes de financiamento dessa ampliação de gastos também foram indicadas, dependendo de regulamentação por parte dos poderes Legislativo e Executivo.

## 2. As Empresas Estatais Brasileiras

As empresas estatais têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da economia brasileira, notadamente no processo de industrialização substitutiva de importações. A instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a criação da Cia. Vale do Rio Doce e da Fábrica Nacional de Motores, nos primeiros anos da década de 40, marcaram o início da intervenção mais direta do Estado sobre a estrutura produtiva, através das empresas públicas produtoras de insumos básicos. Estas empresas, associadas aos demais estímulos fiscais diretos e indiretos à acumulação privada e à atração de capitais externos, viabilizaram o crescimento e a diversificação acelerada do parque industrial nacional.<sup>14</sup>

Durante os anos 70, após o primeiro choque do petróleo e a recessão que se seguiu nos países industrializados, os investimentos das empresas estatais foram os principais sustentáculos do ambicioso programa de substituição de importações implementado (IIº Plano Nacional de Desenvolvimento), desempenhando um importante papel anticíclico, ao compensar a retração das inversões privadas.

Deste modo, mesmo face ao cenário internacional adverso, foram mantidas, durante a segunda metade da década de 70, taxas elevadas de crescimento da economia, propiciadas, de um lado, pelo dinamismo empresarial do Estado e pelos fartos incentivos à industrialização substitutiva, que reverteram uma perspectiva de inevitável estagnação, e pela grande disponibilidade de crédito externo, permitindo o aporte de recursos necessários ao financiamento desta expansão.<sup>15</sup>

Entretanto, tal intervenção se deu paralelamente ao incremento quase que exponencial do endividamento externo, e ao aguçamento do desequilíbrio financeiro do setor público em geral, e das empresas estatais em particular. Este desequilíbrio foi agravado, no final dos

anos 70, pela brusca elevação das taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro internacional e, posteriormente, pela suspensão quase que total do financiamento externo voluntário ao País.<sup>16</sup>

A fragilidade financeira do setor público -cuja manutenção, ao longo dos anos 80, constituiu um dos principais focos da instabilidade macroeconômica da economia brasileira no período- manifestou-se nitidamente nas operações das empresas públicas integrantes do Setor Produtivo Estatal, que, ao lado dos incentivos e benefícios fiscais, foram os instrumentos mais representativos do padrão de intervenção governamental na história contemporânea.

De fato, a dívida líquida das empresas estatais (inclusive estaduais e municipais), que atingiu, em março de 1989, cerca de US\$ 70 bilhões -dos quais cerca de 55% junto a credores internos e os 45% restantes devidos ao exterior- nada mais é que a cristalização dos sucessivos déficits apresentados por essa fração do setor público, os quais refletem as decisões da política econômica historicamente adotadas.

### 3. Entorno macroeconômico da década de 80<sup>17</sup>

As "inconsistências" fiscais descritas, como também o desequilíbrio das estatais decorrente da trajetória de desenvolvimento adotada nas décadas anteriores, ficaram em clara evidência na década de 80. Cuadro IV.1

IV.1 - BRASIL : VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS (1980/1988)

VARIÁVEIS	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
VARIACAO PIB REAL (%)		9.30	(4.40)	0.60	(3.50)	5.10	8.30	7.60	3.60	(0.30)
TX. INFLACAO (ACUM. NO ANO)										
-IGP-DI (%)		110.20	95.20	99.70	211.00	223.80	235.10	65.00	415.80	1,037.60
-IPC (%) *		95.30	91.20	97.90	179.10	203.30	228.00	58.60	366.00	933.60
BAL. COMERCIAL (US\$ MILHOES)		(2,823.00)	1,202.00	780.00	6,470.00	13,089.00	12,486.00	8,305.00	11,172.00	19,181.00
CONTA CORRENTE (US\$ MILHOES)		(12,807.00)	(11,734.00)	(16,311.00)	(6,837.00)	45.00	(242.00)	(5,304.00)	(1,436.00)	4,904.00
TX. CAMBIO REAL (1980=100)		100.00	84.20	83.30	105.20	104.20	108.10	97.90	87.30	74.70
TERMOS INTERCAMB. (1980=100)										
-COM PETROLEO		100.00	82.20	78.10	70.60	77.80	75.00	111.00	102.60	101.60
-SEM PETROLEO		100.00	84.10	76.80	61.00	70.40	67.70	78.00	76.00	68.70
TRANSFERENCIAS REAIS (%PIB)		(2.24)	(0.38)	(0.66)	2.38	5.51	5.04	2.43	3.17	5.00
RENDIA LIQ. ENV. AO EXT. (%PIB)		3.26	4.12	5.08	5.75	5.57	5.21	4.41	3.67	3.66
POUPANCA EXTERNA (%PIB)		5.43	4.42	5.74	3.32	(0.02)	0.11	1.94	0.48	(1.34)

\* INPC ate 1986  
IPC a partir de 1987

Esta década representou, para a economia brasileira, um período de acentuada instabilidade macroeconômica, apresentando um quadro de crescente incerteza junto aos agentes econômicos. A taxa média anual de crescimento do PIB passou de 8.6%, na década de 70, para 2.8%, na presente. Em termos de inflação, esta se acelerou de 95%, em 1980, para 933.6%, em 1988.

Mais grave, a redução da taxa de crescimento se deu de acordo com uma trajetória oscilante, decorrente, em parte, dos "choques" de política econômica. Esta conjuntura macroeconômica pode ser caracterizada em dois subperíodos, em função dos desequilíbrios observados: a) o esgotamento do financiamento externo e o ajuste realizado (1980-1983); b) a restrição fiscal e as dificuldades para estabilizar a economia (1984-1988).

#### a) *O período 1980-1983*

Este primeiro período foi representado pela cristalização das dificuldades em manter os resultados deficitários do balanço de pagamentos ocorridos em toda a década de 70. Com a elevação dos preços internacionais do petróleo em 1979, e das taxas de juros externos em 1980 e 1981, a economia brasileira necessitou, em 1982, de uma elevação na captação de recursos externos para 5.7% do PIB, 46% superior à média de 3.9% do PIB, do período de 1975-1979. A inviabilidade na manutenção deste nível de captação era evidente no final de 1980, quando o governo reverteu sua política de estímulo ao crescimento econômico e pré-indexação da taxa de câmbio e da correção monetária. Executou-se, a seguir, uma política de contenção da demanda interna, em especial via elevação da taxa de juros internas, contingenciamento do crédito e corte nos investimentos públicos. O resultado foi uma drástica queda no produto (-4.4%), rompendo o contínuo crescimento de mais de 20 anos.

Entretanto, o conseqüente ajuste no balanço de pagamentos, através do superávit de 1 200 milhões de dólares, em 1981, mostrou-se insuficiente para reduzir as necessidades de financiamento externo, ainda agravadas com o esgotamento destas fontes, com a crise de setembro de 1982. Portanto, o governo viu-se constrangido a executar, junto aos organismos multilaterais, uma política de restrição à demanda interna, ainda mais séria, direcionada pela abrupta alteração de preços relativos, via desvalorização cambial real de 30%. Como resultado, o produto caiu outra vez em 1983 (-3.5%) e a inflação anual acelerou-se para mais de 200%.

Desta vez, no entanto, o ajuste alterou a estrutura econômica com uma clara indicação a favor da produção exportável, cuja participação no produto industrial alcançou 18%, em 1983, contra a média de 5.8%, da década de 70. O reflexo deste crescimento das exportações — associado à contenção das importações, devido não só ao ambiente recessivo, como também à maturação de investimentos realizados na década anterior — foi a capacidade de iniciar maciças

transferências de recursos reais ao exterior, que alcançaram 2.3% e 5.5% do PIB, em 1983 e 1984, respectivamente.

#### b) *O período 1984-1988*

A recuperação do crescimento do produto caracterizou os três primeiros anos deste período, sendo retomada a média histórica de 7% ao ano. Inicialmente, promovida pelo setor exportador, a expansão foi fortalecida pelo aumento da demanda interna viabilizada pela recuperação do dinamismo do mercado de trabalho após a recessão do período anterior. Os objetivos da política macroeconômica nesta fase, concentraram-se nas tentativas de estabilização da economia frente a uma taxa de inflação anual média superior a 200%.

Em 1985, ensaiou-se a primeira proposta de estabilização, com o congelamento das tarifas públicas, elevação das taxas de juros e ampliação dos mecanismos de indexação. Este ensaio é substituído, em fevereiro de 1986, pelo Plano Cruzado. A limitação das propostas heterodoxas ao congelamento de preços - redução das taxas de juros reais e eliminação da indexação - mostrou-se de grande fragilidade frente ao crescimento da demanda interna, que exauriu a capacidade de manter a transferência de recursos ao exterior. Desta forma, a presença da restrição externa ficou demonstrada pela moratória da dívida externa em fevereiro de 1987.

A inflação acelerou rapidamente, de níveis mensais inferiores a 1% para mais de 20%, em menos de 6 meses. Em junho de 1987, uma nova tentativa de estabilização, combinando as características heterodoxas com as medidas de alteração de preços relativos, via desvalorizações e elevação dos juros reais. Esta tentativa não foi melhor sucedida, tendo resultado na queda da taxa de crescimento do produto para 3.6% naquele ano, ao mesmo tempo em que recrudescia, com renovado vigor, o processo inflacionário.

Finalmente, o ano de 1988 marcou o esgotamento das iniciativas de estabilização, com a plena indexação da economia, e com a recuperação das transferências reais ao exterior (5% do PIB), resultando numa economia estagnada, com taxa de inflação anual de 1 000%.

#### 4. A Política Fiscal 1980-1988

Um componente-chave para todo o entorno macroeconômico foi a sua interligação, tanto como causa ou efeito, à ação do setor público. Nesta seção, para melhor compreensão, separamos a análise da política fiscal em seus aspectos nas administrações públicas e nas empresas estatais.

a) *Administrações Públicas e Previdência Social*

A condução da política econômica na década 80 exigiu que o setor público continuasse a absorção das perdas econômicas decorrentes das mudanças da economia internacional e a concretização do ajuste a estas novas condições. Esta absorção foi realizada através do repasse para o setor público, da quase totalidade do passivo externo da economia, da manutenção de mecanismos de renúncia fiscal, via incentivos ou subsídios, transferências, queda na arrecadação bruta e conseqüente elevação do endividamento interno federal.

O repasse do passivo externo ao governo foi possível através de mecanismos junto ao Banco Central. Com a desvalorização de dezembro de 1979 e o adverso entorno internacional, o setor privado começou a antecipar o pagamento do passivo, em moeda estrangeira, realizando depósitos correspondentes na autoridade monetária. Como resultado, o setor privado, que detinha 31.0% do total de dívida externa, em 1980, passou a responder por somente 17.8%, em 1984, e 14%, em 1987 (observe-se que, após 1982, não houve mais endividamento externo líquido). Um outro repasse foi realizado intra-setor público, com o refinanciamento da dívida externa das empresas estatais, estados e municípios. Como estas unidades não geravam, em suas receitas, os recursos suficientes para pagar os credores externos, o Banco Central, por autorização do Ministro da Fazenda, realizava um empréstimo-ponte com o Banco do Brasil, assumindo como novo credor. Entre 1983 a 1988, o saldo médio destas operações subiu de 1.3 bilhões de dólares, para 19.9 bilhões de dólares. O mecanismo de ligação com as finanças públicas foi que o Banco Central, para fazer *hedge*, aumentou a sua carteira de títulos públicos, com correção cambial, dado seus poderes de gerência sobre a dívida pública federal.

Por sua vez, o ajuste externo, via maior participação das exportações e controle sobre a demanda interna, teve efeitos danosos à arrecadação tributária. Durante a década de 70, o estímulo às exportações foi condicionado à utilização de incentivos, isenções e subsídios a esta atividade. Por exemplo, não se cobrava imposto de renda sobre o lucro destas operações e concedia-se crédito prêmio, de até 26% do IPI, em alguns programas de exportação. Com a queda do produto e aceleração inflacionária a receita tributária bruta cai, enquanto os mecanismos de renúncia e transferências se elevam.

No período 1980-1983, tentou-se ajustar a receita, via introdução de novas contribuições e da elevação das alíquotas efetivas do imposto de renda, especialmente através das retenções na fonte. No entanto, estes ajustes se esgotaram com a necessidade de retornar corrigido no período seguinte, o valor arrecadado a mais nos descontos salariais. Para evitar este problema, em 1986, foi implantado o sistema de base corrente no imposto de renda, reduzindo seu desconto imediato, mas eliminando restituições. Somente para 1988 foi que se programou novos aumentos na alíquota do imposto de renda.

A regressividade da estrutura tributária brasileira, baseada em impostos indiretos, gerou importantes impasses na elaboração da política fiscal versus políticas de estabilização. Por exemplo, os

ajustes fiscais executados no Plano Cruzado em novembro de 1986, foram realizados na alíquota do IPI, potencializando a repressão dos preços. O governo federal também se viu obrigado a efetuar maiores transferências aos estados e municípios, pela disposição legal das mini-reformas tributárias.

Como apontado no capítulo II, os gastos em pessoal e custeio no governo federal, elevaram-se após 1984, ultrapassando os níveis ao início da década. Igualmente, os gastos de capital cresceram, em especial, devido ao programa de capitalização das empresas estatais.

Estes elementos acabaram por corroer o superávit primário do governo federal, possibilitando o saneamento parcial das empresas, dos estados e dos municípios. Esta transferência trouxe sérias dificuldades à gerência da dívida mobiliária pública, exigindo colocações crescentes de títulos (veja tabela IV.2).

IV.2 - SETOR PÚBLICO - SUPERAVIT PRIMARIO

	% PIB									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
SUPERAV.PRIM.GOV.FED.	1.26	0.27	1.23	1.99	2.17	2.20	(0.14)	(0.60)	(0.12)	
SUPERAV.PRIM.GOV.EST.	0.74	0.24	0.18	0.23	0.67	0.14	0.05	(0.29)	(0.30)	
SUPERAV.PRIM.EMP.EST.	(0.27)	(0.83)	(1.28)	(0.21)	0.38	0.41	1.68	2.75	2.19	
SUPERAV.PRIM.TOTAL	1.73	(0.32)	0.13	2.01	3.22	2.75	1.59	1.86	1.77	

O saldo médio da dívida pública interna, no período estudado, sobiu de 6.1% do PIB, em 1980, para 22.6%, em 1988, tendo a proporção em poder do público crescido de 4.2%, para 12%, no mesmo período. Este aumento na colocação só foi possível através de uma elevação das taxas de juros interna, complementando a política de controle da demanda doméstica. A participação dos encargos financeiros reais da dívida pública, cresceu de 5.5% da arrecadação tributária, em 1980, para 21%, em 1988. Incluindo os juros externos, esta proporção alcançou 35.5% da arrecadação tributária. Estes fatores estruturais e financeiros, ao longo da década de 80, implicaram na gestão de um virtual encilhamento do setor público.

Em resumo, a evolução do déficit das administrações públicas demonstrou a completa ausência de uma política fiscal, através de seus instrumentos, objetivando uma redução de seu impacto expansionista. No período 1980-1983, ocorreu uma política fiscal, ainda que tímida, para compensar o efeito negativo sobre o resultado do setor público. Ajustaram-se os fatores de política fiscal (-0.72% do PIB), bem como os fatores discricionários desta, tais como investimentos, que acumularam uma queda de 0.91% do PIB. O período seguinte representou a completa exacerbação de uma política fiscal pró-cíclica, expandindo seus gastos e/ou diminuindo sua capacidade de arrecadação, além do espaço aberto pelo crescimento econômico interno ou pela melhoria no cenário externo.

A demonstraçãõ desta crescente restriçãõ fiscal realimentou as expectativas de maior risco de perda patrimonial, encurtando o prazo da dívida pública. Como estes títulos eram recomprados diariamente pelo Banco Central, transformaram-se em moeda indexada, conferindo dinamizaçãõ ao processo inflacionário.

Para o sistema previdenciário, a impossibilidade de aporte de recursos do Tesouro, já debilitado, exigiu o equilíbrio das contas. Como já indicado, coube à reduçãõ dos gastos em benefícios, a parcela principal do ajuste. Tampouco houve, neste caso, uma política ativa de arrecadaçãõ, captada pela metodologia.

#### **b) *A evoluçãõ do déficit das empresas estatais***

A análise que se segue foi dividida nos dois subperíodos fundamentais caracterizados no entorno macroeconômico. No intuito de facilitar a interpretaçãõ das informações, a tabela IV.3 teve seus dados agrupados por cada um dos respectivos subperíodos e uma coluna onde foram consolidados os determinantes da variaçãõ do déficit no período 1980-1988. Ressalta-se que os valores positivos da tabela indicam um aumento do déficit.

Do ponto de vista do orçamento das empresas estatais, os fatores externos, em seu conjunto, foram os de menor significado na explicaçãõ da variaçãõ de 1.26% do PIB do déficit dessas entidades, somando um impacto líquido de 0.05% do PIB no sentido de sua reduçãõ no subperíodo 1980-1983. De fato, as profundas alterações no quadro internacional (elevaçãõ dos preços do petróleo e das taxas de juros externas) foram suficientemente compensadas pelo redirecionamento de uma parcela do faturamento da PETROBRAS e SIDERBRAS para as exportações, facultado não só pela maturaçãõ de parte dos investimentos realizados na década anterior —particularmente na área de siderurgia— como pelo encolhimento do mercado interno em meio à recessãõ que caracterizou o subperíodo.

Esta retraçãõ da demanda agregada doméstica, por seu turno, foi um dos motivos básicos que levou à inclusãõ dos fatores internos entre os principais determinantes da variaçãõ do déficit das estatais com uma contribuiçãõ acumulada de 1.14% do PIB. Com efeito, a contraçãõ global do volume de bens e servições transacionados respondeu por quase 50% deste impacto líquido total.

Outro fator relevante do entorno macroeconômico interno foi a maxidesvalorizaçãõ cambial de 30%, promovida em fevereiro de 1983 pelas autoridades econômicas. Isto porque, àquela época, era grande a sensibilidade das despesas das empresas estatais aos movimentos da taxa de câmbio, não só pelos encargos da dívida externa, já em patamares elevados, mas também pelo peso expressivo das importações de petróleo sobre as finanças da PETROBRAS.

De igual importânciã aos fatores internos na explicaçãõ da variaçãõ do déficit das empresas estatais foi a conduçãõ da política fiscal para este segmento específico do setor público. Não obstante o corte acumulado de 1.17% e 0.16% do PIB no montante dos

investimentos e nos custos salariais em relação ao ano de 1980, a compressão das tarifas dos bens e serviços não-transáveis, a variação dos estoques de dívida interna e externa, e o aumento verificado na compra de insumos determinaram um aumento de 1.14% do PIB nas necessidades de financiamento líquido do setor produtivo estatal. Deste modo, configurou-se a postura expansionista, sob a perspectiva destas empresas, da política fiscal adotada no subperíodo em foco.<sup>18</sup>

IV.3 - DETERMINANTES DO DEFICIT PUBLICO DOS GOVERNOS  
FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS (\*) % PIB

	1980/1983	1984/1988	1980/1988
FATORES EXTERNOS	-0.46	-0.52	-0.98
FAT.EXOG.INTERNOS	3.37	-3.86	-0.49
FAT.POLIT.FISCAL	-0.72	8.02	7.30
OUT.FAT.POL.FISCAL	-0.91	-0.03	-0.94
OUTRAS CONTAS	-0.48	-0.45	-0.93
RESIDUO	0.96	0.83	1.79
VARIACAO DEFICIT	1.76	3.99	5.75

FONTE: QUADROS III.1 E III.2.

(\*) VALORES POSITIVOS INDICAM UM AUMENTO DO DEFICIT.

IV.4 - DETERMINANTES DO DEFICIT DA PREVIDENCIA SOCIAL (\*) % PIB

	1980/1983	1984/1988	1980/1988
FATORES EXOGENOS	3.49	1.14	4.63
FAT.POLIT.FISCAL	-1.20	-2.44	-3.64
RESIDUO	-2.67	0.86	-1.81
VARIACAO DEFICIT	-0.38	-0.44	-0.82

(\*) VALORES POSITIVOS INDICAM UM AUMENTO DO DEFICIT.

IV.5 - DETERMINANTES CONSOLIDADOS DA VARIACAO DO DEFICIT DAS EMPRESAS ESTATAIS SEGUNDO A NATUREZA DOS FATORES 1980/88 (\*)

Em % do PIB

DISCRIMINACAO	1980/1983	1984/1988	1980/1988
<b>I - FATORES EXOGENOS EXTERNOS</b>	<b>-0.05</b>	<b>-2.03</b>	<b>-2.08</b>
. Preco Medio de Exportacao de Derivados de Petroleo	0.07	0.31	0.38
. Preco Medio de Exportacao do Minerio de Ferro	-0.03	0.06	0.03
. Preco Medio de Exportacao dos Produtos Siderurgicos	0.02	-0.09	-0.07
. Quantidade Exportada de Derivados de Petroleo	-0.41	-0.15	-0.56
. Quantidade Exportada de Minerio de Ferro	0.04	-0.17	-0.13
. Quantidade Exportada de Produtos Siderurgicos	-0.22	-0.36	-0.58
. Preco do Petroleo Importado	0.27	-1.48	-1.21
. Preco Medio dos Insumos Importados	0.06	0.03	0.09
. Taxa Externa Media de Juros	0.15	-0.18	-0.03
<b>II - FATORES EXOGENOS INTERNOS</b>	<b>1.14</b>	<b>-2.57</b>	<b>-1.43</b>
. PIB Real	0.00	-0.08	-0.08
. Taxa Interna Media de Juros	-0.03	0.86	0.83
. Taxa de Cambio Real	0.56	-0.62	-0.06
. Demanda Domestica por Derivados de Petroleo	0.95	-1.17	-0.22
. Demanda Domestica por Minerio de Ferro	0.06	-0.20	-0.14
. Demanda Domestica por Produtos Siderurgicos	0.42	-0.45	-0.03
. Demanda Domestica por Bens e Servicos nao Transaveis	-0.91	-1.25	-2.16
. Preco Real Medio dos Insumos Nacionais	0.09	0.34	0.43
<b>III - FATORES DE POLITICA FISCAL ATIVA</b>	<b>1.32</b>	<b>5.41</b>	<b>6.73</b>
. Preco Real Domestico dos Derivados de Petroleo	-0.01	5.46	5.45
. Preco Real Domestico do Minerio de Ferro	0.06	0.09	0.15
. Preco Real Domestico dos Produtos Siderurgicos	0.00	0.38	0.38
. Tarifa Real Media dos Bens e Servicos Nao Transaveis	0.71	0.47	1.18
. Salario Real	-0.12	0.36	0.24
. Nivel de Emprego	-0.04	0.09	0.05
. Quantidade Importada de Petroleo	-0.68	-0.66	-1.34
. Quantidade Consumida de Outros Insumos Importados	-0.07	0.06	-0.01
. Quantidade Consumida de Insumos Nacionais	2.03	0.91	2.94
. Estoque Medio de Divida Interna	0.06	-0.04	0.02
. Estoque Medio de Divida Externa	0.37	0.12	0.49
. Investimentos e Demais Gastos de Capital	-1.17	-0.65	-1.82
. Receitas Nao Operacionais - Transferencias do Tesouro	0.18	-1.18	-1.00
<b>IV - OUTROS FATORES</b>	<b>-1.15</b>	<b>-3.41</b>	<b>-4.56</b>
. Receitas Nao Operacionais - Outras	-0.68	1.64	0.96
. Residuo	-0.47	-5.05	-5.52
<b>V - VARIACAO DO DEFICIT DAS ESTATAIS</b>	<b>1.26</b>	<b>-2.60</b>	<b>-1.34</b>
. Deficit do Ano Anterior	-	-	-
. Deficit do Ano Corrente	-	-	-

(\*) Valores positivos indicam um aumento nas necessidades de financiamento (deficit) das empresas estatais.

Ao contrário do subperíodo precedente, o déficit das empresas estatais foi reduzido de forma substantiva, entre 1984 e 1988, acumulando uma queda de 2.60% do PIB. Todavia, a postura expansionista da política fiscal contida na execução financeira destas entidades não foi revertida, tendo sido, ao contrário, ainda mais intensificada.

De fato, somente a política de reajustes de preços e tarifas para as estatais, em níveis sistematicamente inferiores à evolução dos patamares inflacionários, representou um impacto negativo acumulado da ordem de 6.40% do PIB, dos quais 5.45% na área de derivados do petróleo<sup>19</sup> e 0.47% no caso dos bens e serviços não-transáveis.

Em relação às tarifas, ao contrário do que aparenta a princípio, o ano em que este fator de política fiscal ativa atuou de forma mais negativa sobre o déficit das estatais foi 1985 e não 1986, quando se editou o Plano Cruzado. Isto porque o congelamento imposto nos primeiros meses da Nova República não alcançou seu principal objetivo, qual seja, a estabilização dos preços, tendo, portanto, vigorado no contexto de um processo inflacionário mais agudo do que à época do Cruzado, o que determinou o acúmulo de uma defasagem maior.

Ao mesmo tempo, a folha de pagamentos das empresas estatais recuperou sua posição relativa perdida ao final do subperíodo anterior e início deste, com a obtenção de significativos ganhos de salários reais por parte dos funcionários, especialmente no triênio 1985-1987, quando a entrada de um novo governo na esfera federal esteve acompanhada de uma descompressão salarial dos servidores da União.

A' semelhança do período anterior, o corte nos investimentos constituiu-se em uma variável de ajuste compensatória da política de compressão tarifária, com uma redução acumulada de 0.65% do PIB em relação ao patamar já deprimido de 1983. Entretanto, a medida de maior impacto foi a concretização dos programas de capitalização das estatais dos setores elétrico e siderúrgico, pelo Tesouro Nacional, em 1986 e 1987, não só pelo fluxo de recursos transferidos, como pela reversão da trajetória ascendente dos estoques de dívida interna e externa que, desse modo, passaram a contribuir sistematicamente para a redução do déficit global, o que não ocorria desde 1980.

Por outro lado, tanto os fatores exógenos internos quanto os externos contribuíram, de forma substancial, para uma menor necessidade de financiamento das estatais ao longo do subperíodo 1984/88. Entre os fatores internos, a expansão da demanda doméstica pelos bens e serviços gerados pelas estatais que esteve associada à reversão do processo recessivo do subperíodo anterior foi, sem sombra de dúvida, o principal elemento, com um efeito global de 3.07% do PIB. A contribuição dos fatores internos só não foi maior que os 2.57% do PIB alcançados, devido à brusca elevação das taxas de juros domésticas a partir de 1987 no contexto do fracasso dos dois planos de estabilização implementados.

Dentre os fatores exógenos externos que mais influenciaram na variação do déficit das estatais, os destaques foram, pela ordem: i) a redução do preço do petróleo importado (-1.48%); ii) o aumento das exportações destas empresas<sup>20</sup> (0.40%); e iii) o declínio das taxas de juros internacionais (0.18%).

## V. OBSERVAÇÕES FINAIS

O caso brasileiro, quanto à metodologia de decomposição, não diverge dos estudos de outros países, no que se refere às limitações da disponibilidade e qualidade das informações necessárias. No entanto, foi possível identificar claramente a ação da política fiscal sobre a determinação do déficit do setor público, bem como mensurar os gastos *quasi-fiscais* do Banco Central.

Os resultados apresentados demonstram a evolução acentuada do déficit consolidado durante a década de 80. O primeiro ponto a destacar é que os fatores externos não desempenharam, no período estudado, fator determinante de incremento ao déficit do setor público. Entretanto, a restrição externa, através dos mecanismos de ajuste da economia à disponibilidade de divisas, proporcionou efeitos danosos ao resultado do setor público. Desvalorizações reais, redução do salário real da economia, recessão nos setores produtivos, elevação dos juros internos e da inflação implicaram em pressões sobre o déficit. O período 1980-1988, com as bruscas variações no crescimento econômico nos dois subperíodos analisados, é um exemplo de como instabilidade no equilíbrio macroeconômico pode desviar os resultados de uma política fiscal desejada.

O reflexo destes fatores exógenos sobre a política fiscal dependerá dos objetivos dos formuladores de política econômica; de utilizá-la como instrumento anticíclico para impulsionar a demanda efetiva, ou utilizá-la para manter o déficit público dentro das possibilidades do seu financiamento não-inflacionário. No caso brasileiro da década de 80, no primeiro subperíodo de ajuste externo, a política fiscal agiu na direção, ainda que muito parcial, para compensar, no resultado do déficit, os efeitos deste ajuste. A soma dos efeitos dos fatores exógenos entre 1980 e 1983, resultou numa expansão de 8% do PIB do déficit público, enquanto os fatores de política fiscal, incluindo os fatores autônomos e outras contas, aumentaram 2.7% do PIB a disponibilidade do setor público.

No segundo subperíodo (1984-1988), observou-se uma política fiscal excedente ao espaço aberto pela retomada do crescimento econômico. O melhor entorno externo, mais o aumento da produção interna, juntamente com a diminuição do esforço de ajuste externo, geraram recursos, através de maior arrecadação e menores gastos, em quase 7.8% do PIB. No entanto, os executores da política fiscal, por vários motivos já citados nos outros capítulos, permitiram que seus instrumentos possibilitassem uma variação superior a 12% do PIB neste subperíodo.

Outro ponto a destacar é a composição intra-setor público do déficit público. A crescente concentração do déficit público no Tesouro Nacional implicou na evidência, sobre a dívida pública ou emissão de moeda, da necessidade de captar poupança do setor privado; bem como explicitar à sociedade, através de maior tributação ou menor gasto público, tanto em investimento quanto consumo corrente, os meios a serem utilizados para retorno destes recursos. A trajetória da política fiscal brasileira, especialmente a partir de 1984, não respondeu a este desafio.

Este adiamento devia-se à capacidade do setor público de colocar, junto ao público, de forma crescente, seus títulos. Para tal, oferecia-se remuneração e liquidez que possibilitassem o atendimento aos objetivos de seus credores. A instabilidade macroeconômica, as oscilações no crescimento, a aceleração inflacionária, as bruscas mudanças da política econômica (planos de estabilização frustrados), e a contínua ameaça da restrição externa acentuaram as incertezas quanto às possibilidades de pagamento do Estado. Em termos de fluxo, crescia o hiato fiscal necessário à cobertura dos encargos do setor. Igualmente, o estoque da dívida se acumulava, como somatório de déficits passados, sendo que o ajuste fiscal se aproximava, cada vez mais, de uma solução patrimonial.

De uma passividade quase que total de longo prazo, a política fiscal tornou-se, no final da década, no principal agente condicionante do entorno macroeconômico do País. A perspectiva de um processo hiperinflacionário refletia esta condição.

#### Notas

<sup>1</sup> Para uma avaliação deste processo veja AFFONSO & DAIN (1987) e FUNDAP (1988).

<sup>2</sup> A Seção II.2.e. descreve e analisa estes gastos do Banco Central.

<sup>3</sup> Este processo de consolidação tem correlação com os gastos *quasi-fiscais* discutidos na Seção II.2.e. Veja PARENTE (1988) para um resumo das alterações institucionais.

<sup>4</sup> Esta diferença decorre do fato das despesas das administrações públicas utilizarem o conceito de competência, enquanto as receitas são contabilizadas pelo conceito de caixa.

<sup>5</sup> Estas estimativas foram realizadas pela SEAE/SEPLAN.

<sup>6</sup> Este tema encontra-se especificamente analisado no documento "O déficit *quasi-fiscal* brasileiro na década de 80", de Bernardino H.M. Queiroz e Márcia Nabão, mimeo, 1990.

<sup>7</sup> Este ponto será detalhado ao analisarmos a política fiscal.

<sup>8</sup> O Banco Central calcula as necessidades de financiamento no conceito operacional desde 1981. Entretanto, segundo informações do próprio Banco, a série é comparável somente a partir de 1984.

<sup>9</sup> Veja Tabela III.1.

<sup>10</sup> Veja Tabela III.2.

<sup>11</sup> Veja Tabela III.3.

12 Veja Tabela III.6.

13 Ver AFFONSO, J.R.R. e DAIN, S. (1987).

14 BARBOSA (1989).

15 AFFONSO (1985).

16 CRUZ (1986).

17 Veja Tabela IV.I para principais indicadores macroeconômicos.

18 Apesar dessa rubrica ter sido obtida na decomposição do capítulo anterior por resíduo, seu movimento, aparentemente contraditório face à retração do mercado interno, se explica pelo incremento da produção de tradeables, particularmente dos produtos siderúrgicos, cuja quantidade exportada cresceu 227% entre 1980 e 1983.

19 Neste mesmo período, o impacto da redução dos preços do petróleo importado não superou 1.48% do PIB.

20 Aqui computados os efeitos "preços" e "quantidade".

## BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, José R.R. *A Empresa estatal produtiva no Brasil; um instrumento de política econômica de curto prazo e uma abordagem setorial dos principais grupos*. 1985. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Estatísticas sobre investimento no Brasil; algumas considerações sobre fontes de informação e sua análise*. 1986. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. & DAIN, S. *O setor público e as finanças públicas na América Latina; o caso do Brasil*. ILPES/CEPAL, 1987.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Brasil Programa Econômico*. Vários números.
- \_\_\_\_\_. *Relatório*. Vários anos.
- BARBOSA, Fábio de O. *O Estado e a crise econômica*. 1989. Mimeo.
- BLEJER, Mário I. & CHU, K. eds. *Measurement of fiscal impact; methodological issues*. Washington, D.C., Fundo Monetário Internacional. (Occasional Paper, 59).
- BRASIL. Secretaria de Controle das Empresas Estatais. *Empresas estatais no Brasil e o controle da SEST; antecedentes e experiência de 1980*. 1981.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Anual*. Vários números.
- \_\_\_\_\_. *Perfil das empresas estatais*. Vários números.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Programa fiscal-monetário/1989*. 1989.
- CARVALHO, J.C. *O viés anti-exportação da política comercial brasileira; efeitos sobre as exportações de produtos manufaturados, de 1964 a 1983*. Brasília, UnB, 1987. (Tese de Mestrado).
- COSTA, M.H. *Conta corrente e formação bruta de capital fixo do Governo; conceituação e metodologia*. Rio de Janeiro, FGV, 1989.
- CRUZ, Paulo D. *Nota sobre o endividamento externo nos anos setenta*. In: BELUZZO, L.G. & COUTINHO, R. orgs. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Brasiliense, 1984.
- FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP). *Déficit e endividamento do setor público*. IESP/FUNDAP, 1988. (Relatório de Pesquisa, 5).
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*. Vários números.
- GOVERNMENT FINANCE STATISTICS YEARBOOK, FMI, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Contas nacionais consolidadas*. Indicadores IBGE, abril 1989.
- LERDA, J.C. *Limitaciones de la razón; NFSP/PIB como indicador de política fiscal expansionaria em ambientes inflacionários*. CEPAL, julio 1989. Mimeo.

- MAIA, R. & SALDANHA, R. *Estudo sobre a evolução do emprego na administração pública estadual e municipal*. Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, 1988. (Texto para Discussão, 12).
- MARSHALL, R.J. & SCHMIDT-HEBBEL D., K. *Un Marco analítico contable para la evaluación de la política fiscal en América Latina*. CEPAL, 1989. (Política Fiscal, 1).
- MATORNE, C. *Fiscal Policy and Stabilization in Brazil*. World Bank, July 1989. (Working Paper, WPS 50).
- MATESCO, V. & CASTELAR, A. *Relação capital-produto incremental; estimativas para o período 1947/87*. INPES/IPEA, 1989. (Texto para Discussão, 163).
- OHANA, E.F. et alli. *A economia brasileira e a questão fiscal; diagnóstico dos anos 80 e perspectivas para o limiar do próxima década*.
- PARENTE, P.P. *Déficit público*. In Seminario sobre Política Econômica Brasileira. IESP/FUNDAP, 1988.
- ROLDOS, Jorge E. *El déficit del sector público y la política fiscal en Uruguay: 1978-1987*. 1989. Mimeo.
- SALDANHA, R.; MAIA, R. & CAMARGO, J. *Emprego e salário no setor público federal*. Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, fevereiro 1988. (Texto para Discussão, 5).

## SÉRIE POLÍTICA FISCAL \*

- N° Documento:
- 1 "UN MARCO ANALITICO-CONTABLE PARA LA EVALUACION DE LA POLITICA FISCAL EN AMERICA LATINA" (LC/L.489)
  - 2 "AMERICA LATINA: LA POLITICA FISCAL EN LOS AÑOS OCHENTA" (LC/L.490)
  - 3 "LA POLITICA FISCAL EN AMERICA LATINA: TOPICOS DE INVESTIGACION" (LC/L.529)
  - 4 "EL DEFICIT DEL SECTOR PUBLICO Y LA POLITICA FISCAL EN CHILE, 1978-1987" (LC/L.563)
  - 5 "POLITICAS DE REDUCCION DE LA EVASION TRIBUTARIA: LA EXPERIENCIA CHILENA, 1976-1986" (LC/L.567)
  - 6 "AJUSTE MACROECONOMICO Y FINANZAS PUBLICAS CHILE: 1982-1988" (LC/L.566)
  - 7 "LA POLITICA FISCAL Y LOS SHOCKS EXTERNOS" (LC/L.568)
  - 8 "EL DEFICIT DEL SECTOR PUBLICO Y LA POLITICA FISCAL EN URUGUAY" (Período 1978-1987) (LC/L.579)
  - 9 "DETERMINANTES DEL DEFICIT DEL SECTOR PUBLICO EN BOLIVIA" (Período 1980-1987) (LC/L.582 y LC/L.582/Add.1)
  - 10 "EL DEFICIT DEL SECTOR PUBLICO Y LA POLITICA FISCAL EN MEXICO" (1980-1989) (LC/L.622)
  - 11 "DETERMINANTES DEL DEFICIT Y POLITICA FISCAL EN EL ECUADOR" (1979-1987) (LC/L.624 y LC/L.624/Add.1)
  - 12 "EL DEFICIT DEL SECTOR PUBLICO Y LA POLITICA FISCAL EN ARGENTINA" (1978-1987) (LC/L.625)
  - 13 "EL DEFICIT PUBLICO Y LA POLITICA FISCAL EN VENEZUELA" (1980-1990) (LC/L.635 y LC/L.635/Add.1)
  - 14 "O DEFICIT DO SETOR PUBLICO E A POLITICA FISCAL NO BRASIL, 1980-1988" (LC/L.636)

\* O leitor interessado em obter números anteriores da Série de Política Fiscal, pode solicitá-los dirigindo sua correspondência ao seguinte endereço: Projeto Regional de Política Fiscal, CEPAL, Casilla 179-D, Santiago, Chile.

**ANEXO ESTADISTICO**

A1 - DEFLADORES - 1981/1988

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
VAR. CAMB. MEDIA	76.66	92.80	221.45	220.28	235.50	120.32	187.19	568.82
VAR. PR. IMP. US\$	13.24	0.02	3.94	-6.71	-2.97	-21.84	10.30	11.82
DEFLATOR	108.10	105.60	141.40	215.00	231.40	143.80	209.30	684.60
VAR. IPA BENS K./DEFL.	-18.92	-14.53	12.05	5.12	-10.33	-14.61	53.18	-28.52
PIB NOMINAL	98.90	106.90	133.10	231.10	259.10	162.30	220.50	682.50
PIB REAL	-4.40	0.60	-3.50	5.10	8.30	7.60	3.60	-0.30
QUANTUM INDUSTRIAL	-10.20	0.00	-5.20	7.00	8.50	10.90	0.90	-3.20
QUANTUM IMPORTACOES	-13.50	-10.50	-18.10	-1.10	-2.10	37.80	-1.50	-7.90
QUANTUM EXPORTACOES	32.80	-11.00	26.10	35.60	-1.70	-8.40	11.70	21.60
VAR. ARREC. TRIBUT.	94.15	102.50	130.59	209.51	300.52	170.42	191.80	647.62
VAR. IPA-IT/DEFL.	101.30	96.60	101.50	104.10	98.30	88.10	109.70	105.40
VAR.PR.IMP.US\$ S/PETR.	10.80	4.00	18.30	-10.90	-2.70	0.50	4.60	22.50
QUANTUM IMP. S/PETR.	-20.60	-14.90	-27.20	9.50	11.80	56.40	-2.80	-11.40
VAR. IMP./I. IMP.	-8.40	-1.50	-15.60	0.00	13.00	31.10	-7.50	16.20
VAR.IMP./I.IMP. S/PETR	7.70	1.60	-15.00	-6.50	2.00	-1.00	-1.00	6.90
VAR. QUANTUM IND. I.T.	-13.00	2.00	-12.00	0.00	12.00	16.00	-1.00	-7.00
PIB GOV.	102.70	125.10	117.60	181.60	339.60	178.50	231.90	700.10
PIB SERV.	112.00	109.60	143.30	221.10	267.50	137.90	265.20	701.70
TX. CAMB. REAL	-11.53	-7.00	36.00	1.00	1.00	-5.00	-4.00	-0.08
PIB NOMINAL (NCZ\$/1000)	24,662	51,029	118,736	393,745	1,413,792	3,708,196	11,884,734	92,993,145

A2 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PUBLICO

CONCEITO OPERACIONAL

%PIB

	NOMINAL	OPERACION
1981	13.60	6.20
1982	16.40	7.30
1983	20.80	4.20
1984	22.70	2.50
1985	28.00	4.30
1986	11.10	3.60
1987	31.40	5.50
1988	48.50	4.30

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

A3 - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PUBLICO

CONCEITO OPERACIONAL

% PIB

	GOVERNO CENTRAL	GOVERNO EST/MUN.	EMPRESAS ESTATAIS	AGENCIAS DESCENT.	PREVID. SOCIAL	TOTAL
1984	1.83	(0.39)	1.08	(0.12)	(0.10)	2.30
1985	1.42	0.95	2.26	(0.15)	(0.15)	4.33
1986	1.56	0.94	1.35	(0.01)	(0.26)	3.58
1987	3.00	1.57	0.86	(0.14)	0.25	5.54
1988	3.35	0.15	0.37	(0.02)	0.41	4.26

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

A4 - QUADRO DE USOS E FONTES DAS EMPRESAS ESTATAIS 1980 - 1988

Em NCZ\$ mil.

DISCRIMINACAO	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988		
	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	
USOS																			
I - Gastos Operacionais	1,271	10.25	2,916	11.82	6,304	12.35	17,005	14.30	55,111	14.00	185,379	13.11	405,275	10.93	1,479,179	12.45	10,054,969	10.81	
. Pessoal e Encargos Soc.	252	2.03	551	2.23	1,174	2.30	2,413	2.03	6,829	1.73	26,422	1.87	71,746	1.93	264,315	2.22	1,898,693	2.04	
. Juros e Out. Enc. Financ.	107	0.86	325	1.32	953	1.87	2,710	2.28	9,999	2.54	36,020	2.55	69,829	1.88	280,666	2.36	1,931,322	2.08	
. Internos	25	0.20	137	0.56	263	0.51	675	0.57	1,858	0.47	7,677	0.54	17,172	0.46	133,896	1.13	1,095,487	1.18	
. Externos	82	0.66	188	0.76	690	1.35	2,036	1.71	8,141	2.07	28,343	2.00	52,657	1.42	146,769	1.23	835,835	0.90	
. Outras Gastos Correntes	912	7.36	2,041	8.28	4,178	8.19	11,881	9.99	38,284	9.72	122,937	8.70	263,699	7.11	934,199	7.86	6,224,954	6.69	
II - Gastos Cap.exc. Div.	670	5.40	1,495	6.06	2,664	5.22	5,035	4.23	15,189	3.86	54,913	3.88	128,394	3.46	451,433	3.80	3,326,665	3.58	
. Form.Bruta Capital	566	4.56	1,300	5.27	2,457	4.82	4,390	3.69	12,904	3.28	43,327	3.06	103,582	2.79	409,312	3.44	2,574,658	2.77	
. Out.Gastos Cap.(1)	104	0.84	194	0.79	207	0.41	645	0.54	2,285	0.58	11,586	0.82	24,813	0.67	42,121	0.35	752,007	0.81	
III - Amortizacoes	127	1.02	232	0.94	444	0.87	1,753	1.47	6,837	1.74	28,740	2.03	92,982	2.51	398,822	3.36	2,038,704	2.19	
. Princ.Oper.Cred.Int.	52	0.42	84	0.34	131	0.26	698	0.59	2,192	0.56	6,222	0.44	28,478	0.77	119,430	1.00	507,110	0.55	
. Princ.Oper.Cred.Ext.(2)	75	0.61	148	0.60	313	0.61	1,054	0.89	4,645	1.18	22,517	1.59	64,504	1.74	279,392	2.35	1,531,594	1.65	
TOTAL DOS USOS(I+II+III)	12,067	16.67	4,643	18.83	19,413	18.45	123,792	20.00	77,137	19.59	269,031	19.03	626,651	16.90	2,329,434	19.60	15,420,338	16.58	
FONTES																			
IV - Receitas Operacionais	1,460	11.77	3,106	12.59	6,036	11.83	15,327	12.89	53,545	13.60	177,927	12.59	418,522	11.29	1,481,642	12.47	10,988,970	11.82	
V - Rec.Nao Operacionais	328	2.65	775	3.14	1,323	2.59	3,749	3.15	8,232	2.09	32,155	2.27	107,914	2.91	495,163	4.17	2,495,105	2.68	
. Transf. Tesouro(3)	150	1.21	394	1.60	664	1.30	1,226	1.03	4,146	1.05	15,865	1.12	56,734	1.53	340,441	2.86	2,051,361	2.21	
. Outras Rec.Corr.(4)	179	1.44	381	1.54	659	1.29	2,524	2.12	4,086	1.04	16,290	1.15	51,180	1.38	154,722	1.30	443,744	0.48	
VI - Receitas Oper. Cred.	279	2.25	762	3.09	2,054	4.03	4,716	3.97	15,360	3.90	58,950	4.17	100,216	2.70	352,629	2.97	1,936,263	2.08	
. Operacoes Cred. Int.	202	1.63	285	1.16	566	1.11	915	0.77	2,830	0.72	9,107	0.64	22,575	0.61	138,320	1.16	218,644	0.24	
. Operacoes Cred.Ext.(2)	180	1.45	549	2.23	1,286	2.52	1,897	1.60	12,240	3.11	22,245	1.57	28,336	0.76	110,796	0.93	548,503	0.59	
. Outras Oper.Cred.(5)	(102)	-0.83	(73)	-0.30	203	0.40	1,904	1.60	290	0.07	27,599	1.95	49,305	1.33	103,514	0.87	1,169,116	1.26	
TOTAL FONTES(IV+V+VI)	2,067	16.67	4,643	18.83	19,413	18.45	123,792	20.00	77,137	19.59	269,031	19.03	626,651	16.90	2,329,434	19.60	15,420,338	16.58	
NECES. FINANC.LIQUIDO																			
CONCEITO OPERACIONAL	153	1.23	529	2.15	1,609	3.15	2,964	2.49	8,523	2.16	30,210	2.14	7,233	0.20	(46,193)	-0.39	(102,441)	-0.11	
(I+II-IV-V)=(VI-III)																			

Fonte : SEST/SEPLAN

(1) Inclui aplicacoes financeiras.

(2) Inclui operacoes via res. 63 e emprestimos-ponte concedidos pelo Banco Central e o Tesouro Nacional.

(3) Inclui Transferencias Correntes e de Capital do Tesouro Nacional

(4) Referem-se a receitas correntes nao operacionais (inclusive aplicacoes financeiras). Exclui a receita de correcao monetaria.

(5) Inclui operacoes de credito de curto prazo, variacao de valores de terceiros e variacao do disponivel. Incorpora a receita oriunda de correcao monetaria estimada pela SEST, SEAE/SEPLAN e pelo consultor.

A5 - EFEITOS DE UM REALINHAMENTO TARIFARIO (1) - ANO BASE = 1988

EM % do PIB

DISCRIMINACAO	BASE 1988	CORRECAO NECESSARIA (%)	EFEITO DIRETO (2)
I - RECEITAS PETROBRAS (3)	5.18	37.15	1.92
II - RECEITAS EMPRESAS PRODUTORAS DE BENS TRANSAVEIS	1.43		0.61
. SIDERBRAS	1.01	48.70	0.49
. CIA. VALE DO RIO DOCE	0.42	28.82	0.12
III - RECEITAS EMPRESAS PRODUTORAS DE BENS NAO TRANSAVEIS	2.60		0.73
. ELETROBRAS	1.14	-9.28	-0.11
. REDE FERROVIARIA FEDERAL (4)	0.21	16.67	0.04
. TELEBRAS	1.11	69.14	0.77
. PORTOBRAS	0.14	24.42	0.03
IV - TOTAL (5)			3.27

(1) O exercicio de realinhamento tarifario tomou como parametro o ano de 1984, que precedeu os periodos de congelamento de precos e tarifas das estatais. Por outro lado, o efeito liquido obtido permite que a remuneracao real do Ativo Imobilizado das Empresas Estatais atinja os 12% ao ano tambem fixados como parametro para o realinhamento.

(2) Nao considera a elasticidade da demanda por bens e servicos das empresas estatais.

(3) No caso da PETROBRAS, a tarifa seria corrigida apenas para igualar a relacao Tarifa/Preco do Barril de Petroleo Importado vigente em 1984

(4) Refere-se a tarifa do transporte ferroviario de carga.

(5) As empresas nao incluidas no presente exercicio representam, em seu conjunto, apenas cerca de 15% do Universo das empresas do Setor Produtivo Estatal Federal.

A6 - DECOMPOSICAO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO LIQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL FEDERAL - 1980 / 1988  
Em % do PIB

DISCRIMINACAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
IV-GASTOS PESS./ENCARG.SOC.	2.03	2.23	2.30	2.03	1.73	1.87	1.93	2.22	2.04
: VARIACAO	-	0.20	0.07	-0.27	-0.30	0.14	0.06	0.29	-0.18
: DECOMPOSICAO	-	0.20	0.07	-0.27	-0.30	0.14	0.06	0.29	-0.18
- Salario Real	-	0.16	0.04	-0.32	-0.26	0.24	0.14	0.34	-0.10
- Nivel de Emprego	-	-0.05	0.04	-0.03	0.06	0.04	0.06	0.02	-0.09
- PIB Real	-	0.09	-0.01	0.08	-0.10	-0.14	-0.14	-0.07	0.01
V-GASTOS CORR. EMPR. EST. S/JUROS	7.36	8.28	8.19	9.99	9.72	8.70	7.11	7.86	6.69
: VARIACAO	-	0.92	-0.09	1.80	-0.27	-1.02	-1.59	0.75	-1.17
: DECOMPOSICAO	-	0.92	-0.09	1.80	-0.27	-1.02	-1.59	0.75	-1.17
- Preço do Petr. Imp.	-	0.75	-0.15	-0.33	-0.21	-0.07	-1.28	0.35	-0.27
- Quantidade Imp. de Petr.	-	-0.12	-0.23	-0.33	-0.46	-0.55	0.26	0.05	0.04
- Pr. Med. dos Insumos Imp.	-	0.02	0.01	0.03	-0.03	-0.01	0.00	0.01	0.06
- Quant.Consum.Out.Ins.Imp.	-	-0.05	0.00	-0.02	0.04	0.03	0.04	0.03	-0.08
- Pr. Real Med. Insumos Nac.	-	0.04	-0.18	0.23	0.15	-0.34	-0.61	1.38	-0.24
- Quant. Consum. Ins. Nac.	-	0.61	0.61	0.81	0.60	0.62	0.84	-0.68	-0.47
- Taxa de Cambio Real	-	-0.62	-0.26	1.26	0.07	0.04	-0.27	-0.11	-0.26
- PIB Real	-	0.32	-0.04	0.29	-0.51	-0.80	-0.66	-0.25	0.02
- Residuo	-	-0.03	0.15	-0.14	0.08	0.06	0.09	-0.03	0.03
VI-JUROS E OUT. ENCARG. FINANC.	0.86	1.32	1.87	2.28	2.54	2.55	1.88	2.36	2.08
: VARIACAO	-	0.46	0.55	0.41	0.26	0.01	-0.67	0.48	-0.28
: DECOMPOSICAO	-	0.46	0.55	0.41	0.26	0.01	-0.67	0.48	-0.28
- Tx Int. Media de Juros	-	0.04	-0.06	-0.01	-0.08	0.07	-0.12	0.70	0.29
- Estoque Med. Div. Int.	-	-0.01	0.01	0.06	0.00	0.05	0.10	0.01	-0.20
- Taxa Ext. Med. Juros	-	0.04	0.31	-0.20	0.27	-0.06	-0.36	0.10	-0.13
- Estoque Med. Div. Ext.	-	0.14	0.12	0.11	0.14	0.15	-0.07	-0.05	-0.05
- Taxa de Cambio Real	-	-0.10	-0.03	0.45	0.03	0.02	-0.19	-0.10	-0.18
- PIB Real	-	0.04	0.00	0.07	-0.12	-0.21	-0.19	-0.07	0.00
- Residuo	-	0.31	0.20	-0.07	0.02	-0.01	0.16	-0.11	-0.01

A7 - DECOMPOSICAO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO LIQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL FEDERAL - 1980 / 1988  
Em % do PIB

DISCRIMINACAO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
I- RECEITAS OPERACIONAIS PETROBRAS	6.12	7.21	6.70	7.74	7.92	6.61	5.38	6.56	5.44
: VARIACAO	-	1.09	-0.51	1.04	0.18	-1.31	-1.23	1.18	-1.12
: DECOMPOSICAO	-	1.09	-0.51	1.04	0.18	-1.31	-1.23	1.18	-1.12
. Pr. Real Domest. Deriv. Petr.	-	0.36	-0.73	0.38	-0.29	-2.19	-1.52	-0.38	-1.08
. Demanda Domest. Deriv. Petr.	-	-0.31	-0.27	-0.37	-0.05	0.25	0.61	0.18	0.18
. Preço Medio de Exp. Deriv. Petr.	-	0.00	-0.03	-0.04	0.00	0.00	-0.32	0.05	-0.04
. Quantidade Exp. Deriv. Petr.	-	0.27	0.11	0.03	0.33	-0.09	-0.17	0.04	0.04
. Taxa de Cambio Real	-	-0.02	-0.02	0.14	0.01	0.01	-0.07	-0.02	-0.05
. PIB Real	-	0.27	-0.04	0.23	-0.40	-0.66	-0.50	-0.19	0.02
. Residuo	-	0.52	0.47	0.67	0.58	1.37	0.74	1.50	-0.19
II- REC-OPERAC. -DEMAIS EMPR. TRANS.	1.97	1.92	1.57	1.58	2.18	2.27	2.25	2.32	2.46
: VARIACAO	-	-0.05	-0.35	0.01	0.60	0.09	-0.02	0.07	0.14
: DECOMPOSICAO	-	-0.05	-0.35	0.01	0.60	0.09	-0.02	0.07	0.14
. Pr. Real Domest. Minerio de Ferro	-	-0.03	0.00	-0.03	-0.02	0.07	-0.05	-0.14	0.05
. Demanda Domest. Minerio de Ferro	-	-0.07	0.01	0.00	0.08	0.02	0.03	0.03	0.04
. Pr. Medio Exp. Minerio de Ferro	-	0.01	0.03	-0.01	-0.04	0.00	0.01	-0.02	-0.01
. Quant. Exp. Minerio de Ferro	-	0.01	-0.05	0.00	0.10	0.02	-0.01	0.04	0.02
. Pr. Real Domest. Prod. Siderurg.	-	-0.25	-0.07	-0.04	0.31	-0.04	-0.19	-0.10	-0.06
. Demanda Domest. Prod. Siderurg.	-	0.11	-0.06	-0.11	0.31	0.09	0.21	-0.10	-0.15
. Pr. Med. Exp. Prod. Siderurg.	-	0.01	-0.01	-0.02	0.00	-0.03	-0.01	0.02	0.11
. Quant. Exp. Prod. Siderurg.	-	0.00	0.07	0.15	0.05	0.12	-0.03	0.08	0.14
. Taxa de Cambio Real	-	0.07	-0.01	0.06	-0.09	-0.18	-0.20	-0.08	0.00
. PIB Real	-	-0.07	-0.03	0.14	0.02	0.00	-0.08	-0.04	-0.11
. Residuo	-	0.16	-0.23	-0.13	0.18	0.02	0.30	0.29	0.11
III- REC. OPERAC. - EMPR. N/TRANS.	3.68	3.46	3.56	3.57	3.50	3.71	3.66	3.59	3.92
: VARIACAO	-	-0.22	0.10	0.01	-0.07	0.21	-0.05	-0.07	0.33
: DECOMPOSICAO	-	-0.22	0.10	0.01	-0.07	0.21	-0.05	-0.07	0.33
. Tarif. Real Med. Bens/Ser. N/Trans.	-	-0.15	-0.28	-0.28	-0.14	-0.25	-0.56	0.62	-0.14
. Demanda Domest. Bens/Serv. N/Tra	-	0.23	0.31	0.37	0.49	0.37	0.12	0.19	0.08
. PIB Real	-	0.16	-0.02	0.12	-0.18	-0.29	-0.28	-0.13	0.01
. Residuo	-	-0.46	0.09	-0.20	-0.24	0.38	0.67	-0.75	0.38

A8 - DETERMINANTES DA VARIACAO TOTAL DO DEFICIT PUBLICO (\*)

% PIB

	1980/1983	1984/1988	1980/1988
FATORES EXTERNOS	-0.51	-2.55	-3.06
ADMINIST.PUBLICA	-0.46	-0.52	-0.98
EMPRESAS ESTATAIS	-0.05	-2.03	-2.08
FATORES EXOGENOS	8.00	-5.29	2.71
ADMINIST.PUBLICA	3.37	-3.86	-0.49
PREVIDENCIA	3.49	1.14	4.63
EMPRESAS ESTATAIS	1.14	-2.57	-1.43
FAT.POL.FISC.ATIVA	-2.67	12.15	9.48
ADMINIST.PUBLICA	-2.11	7.54	5.43
PREVIDENCIA	-1.20	-2.44	-3.64
EMPRESAS ESTATAIS	0.64	7.05	7.69
RESIDUO	-2.18	-3.36	-5.54
ADMINIST.PUBLICA	0.96	0.83	1.79
EMPRESAS ESTATAIS	-0.47	-5.05	-5.52
PREVIDENCIA	-2.67	0.86	-1.81
VARIACAO DO DEFICIT	2.64	0.95	3.59

(\*) VALORES POSITIVOS INDICAM UM AUMENTO DO DEFICIT.

A9 - PREVIDENCIA SOCIAL - ANALISE DE CONTRIBUICAO AO DEFICIT PUBLICO RECEITAS E DESPESAS

	1980		1981		1982		1983		1984	
	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB
RECEITA	592,712.45	4.78%	1,215,848.09	4.93%	2,965,677.74	5.70%	6,636,897.78	5.59%	19,873,489.88	5.05%
CORRENTE	582,688.00	4.70%	1,199,131.00	4.86%	2,947,016.00	5.66%	6,634,608.42	5.59%	19,869,038.02	5.05%
CONTRIBUICÖES	582,688.00	4.70%	1,199,131.00	4.86%	2,947,016.00	5.66%	6,634,608.42	5.59%	17,081,372.18	4.34%
Urbano	...	...	...	...	...	...	5,091,746.32	4.29%	13,402,520.27	3.40%
Rural	...	...	...	...	...	...	528,988.44	0.45%	1,656,001.84	0.42%
Acidentes	...	...	...	...	...	...	277,340.13	0.23%	720,472.62	0.18%
Uniao	...	...	...	...	...	...	345,000.00	0.29%	2,140,845.23	0.54%
Outras Contr	...	...	...	...	...	...	45,989.57	0.04%	(838,467.78)	-0.21%
REC. MOBIL.	10,024.45	0.08%	16,717.09	0.07%	18,661.74	0.04%	44,887.02	0.04%	190,255.47	0.05%
CAPITAL	...	...	...	...	...	...	2,289.37	0.00%	4,451.85	0.00%
Rec. Capital	...	...	...	...	...	...	2,289.37	0.00%	4,451.85	0.00%
DESPESA	694,391.15	5.60%	1,304,632.13	5.29%	3,100,954.27	5.96%	6,753,254.06	5.69%	19,935,500.66	5.06%
CORRENTE	694,391.15	5.60%	1,304,632.13	5.29%	3,100,954.27	5.96%	6,741,440.21	5.68%	19,902,705.83	5.05%
PREVIDENCIA	433,516.00	3.50%	953,944.00	3.87%	2,103,294.00	4.04%	5,002,637.72	4.21%	14,061,119.74	3.57%
TRANSF. PESSOAS	433,516.00	3.50%	953,944.00	3.87%	2,103,294.00	4.04%	4,858,150.97	4.09%	13,631,627.42	3.46%
T. Servico	95,525.00	0.77%	211,756.00	0.86%	470,931.00	0.91%	1,087,501.96	0.92%	3,348,938.84	0.85%
Invalididez	58,773.00	0.47%	130,653.00	0.53%	292,513.00	0.56%	650,659.11	0.55%	1,912,435.44	0.49%
Pensoes	52,520.00	0.42%	116,795.00	0.47%	260,667.00	0.50%	551,794.34	0.46%	1,817,032.70	0.46%
Velhice	54,560.00	0.44%	120,804.00	0.49%	267,220.00	0.51%	616,510.05	0.52%	1,762,021.04	0.45%
Outras TrPes	172,138.00	1.39%	373,936.00	1.52%	811,963.00	1.56%	1,951,685.51	1.64%	4,791,199.40	1.22%
OUTRAS	...	...	...	...	...	...	144,486.75	0.12%	429,492.31	0.11%
ASSIST. MEDICA	260,875.15	2.10%	350,688.13	1.42%	997,660.27	1.92%	1,472,089.91	1.24%	5,029,608.44	1.28%
Custeio	260,875.15	2.10%	350,688.13	1.42%	997,660.27	1.92%	1,282,988.80	1.08%	4,436,489.96	1.13%
Outras	...	...	...	...	...	...	189,101.10	0.16%	593,118.49	0.15%
OUTRAS	...	...	...	...	...	...	266,712.58	0.22%	811,977.65	0.21%
CAPITAL	...	...	...	...	...	...	11,813.85	0.01%	32,794.83	0.01%
Desp. Capital	...	...	...	...	...	...	...	...	32,794.83	0.01%
RESULTADO	(101,678.70)	-0.82%	(88,784.04)	-0.36%	(135,276.53)	-0.26%	(116,356.28)	-0.10%	(62,010.78)	-0.02%

A10 - PREVIDENCIA SOCIAL - ANALISE DE CONTRIBUICAO AO DEFICIT PUBLICO  
RECEITAS E DESPESAS

	1985		1986		1987		1988	
	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB	VALOR	%PIB
RECEITA	70,365,069.00	4.98%	197,701,615.00	5.33%	646,270,876.00	5.44%	4,106,540,902.00	4.42%
CORRENTE	70,354,671.00	4.98%	197,446,080.00	5.32%	646,187,463.00	5.44%	4,106,035,457.00	4.42%
CONTRIBUICOES	63,077,826.00	4.46%	181,553,308.00	4.90%	526,025,201.00	4.43%	3,550,725,000.00	3.82%
Urbano	49,269,380.00	3.48%	151,006,550.00	4.07%	466,773,343.00	3.93%	3,002,199,441.00	3.23%
Rural	6,341,760.00	0.45%	16,295,337.00	0.44%	29,344,052.00	0.25%	324,395,102.00	0.35%
Acidentes	2,712,890.00	0.19%	7,850,654.00	0.21%	23,977,346.00	0.20%	179,883,835.00	0.19%
Uniao	2,695,685.00	0.19%	3,167,784.00	0.09%	2,823,556.00	0.02%	13,980,000.00	0.02%
Outras Contr	2,058,111.00	0.15%	3,232,983.00	0.09%	3,106,904.00	0.03%	30,266,622.00	0.03%
REC. MOBIL.	2,965,143.00	0.21%	5,550,374.00	0.15%	108,678,653.00	0.91%	463,598,718.00	0.50%
CAPITAL	10,398.00	0.00%	255,535.00	0.01%	83,413.00	0.00%	505,445.00	0.00%
Rec. Capital	10,398.00	0.00%	255,535.00	0.01%	83,413.00	0.00%	505,445.00	0.00%
DESPESA	67,809,950.00	4.80%	184,814,922.00	4.98%	594,680,722.00	5.00%	4,355,378,413.00	4.68%
CORRENTE	67,738,810.00	4.79%	183,573,111.00	4.95%	583,544,566.00	4.91%	4,259,361,523.00	4.58%
PREVIDENCIA	46,830,550.00	3.31%	129,458,250.00	3.49%	315,712,457.00	2.66%	2,318,685,767.00	2.49%
TRANSF. PESSOAS	45,170,856.00	3.20%	124,466,580.00	3.36%	300,208,535.00	2.53%	2,182,451,293.00	2.35%
T. Servico	11,064,176.00	0.78%	29,524,445.00	0.80%	70,395,781.00	0.59%	512,255,685.00	0.55%
Invalidez	6,774,917.00	0.48%	18,731,248.00	0.51%	45,059,828.00	0.38%	321,897,748.00	0.35%
Pensoes	6,736,898.00	0.48%	18,191,108.00	0.49%	43,809,549.00	0.37%	317,023,200.00	0.34%
Velhice	5,992,213.00	0.42%	16,714,720.00	0.45%	40,775,122.00	0.34%	286,348,800.00	0.31%
Outras TrPes	14,602,652.00	1.03%	41,305,059.00	1.11%	100,168,255.00	0.84%	744,925,860.00	0.80%
OUTRAS	1,659,694.00	0.12%	4,991,670.00	0.13%	15,503,922.00	0.13%	136,234,474.00	0.15%
ASSIST MEDICA	18,100,555.00	1.28%	45,657,871.00	1.23%	219,899,084.00	1.85%	1,579,876,191.00	1.70%
Custeio	15,605,115.00	1.10%	35,098,539.00	0.95%	133,794,503.00	1.13%	783,653,226.00	0.84%
Outras	2,495,440.00	0.18%	10,559,332.00	0.28%	86,104,581.00	0.72%	796,222,965.00	0.86%
OUTRAS	2,807,705.00	0.20%	8,456,990.00	0.23%	47,933,025.00	0.40%	360,799,565.00	0.39%
CAPITAL	71,140.00	0.01%	1,241,811.00	0.03%	11,136,156.00	0.09%	96,016,890.00	0.10%
Desp. Capital	71,140.00	0.01%	1,241,811.00	0.03%	11,136,156.00	0.09%	96,016,890.00	0.10%
RESULTADO	2,555,119.00	0.18%	12,886,693.00	0.35%	51,590,154.00	0.43%	(248,837,511.00)-0.27%	

A11 - DECOMPOSICAO DAS RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDENCIA SOCIAL

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
PREVIDENCIA SOCIAL _ RECEITA									
%PIB	4.78	4.93	5.70	5.01	4.88	4.46	4.90	4.43	3.81
VAR. ANUAL		0.15	0.77	(0.69)	(0.13)	(0.42)	0.44	(0.47)	(0.62)
ALIQ.TOT.		0.00	0.00	0.00	0.55	0.00	0.00	0.00	0.00
FOLHA		(0.54)	(0.06)	(1.23)	(0.29)	(0.08)	0.56	(0.09)	(0.69)
PIB REAL(-)		0.21	(0.03)	0.20	(0.26)	(0.41)	(0.34)	(0.18)	0.01
RESIDUO		0.48	0.86	0.34	0.13	0.07	0.22	(0.20)	0.07
PREVIDENCIA SOCIAL _ DESPESA									
%PIB	5.60	5.29	5.96	5.45	4.85	4.59	4.72	4.51	4.19
VAR. ANUAL		(0.31)	0.67	(0.51)	(0.60)	(0.26)	0.13	(0.21)	(0.32)
BENEF.(NUM)		0.59	0.32	0.70	(0.01)	0.23	0.14	0.17	0.05
BENEF.MEDIO		(0.30)	0.10	(1.00)	(0.49)	(0.24)	0.47	(1.21)	(0.42)
PIB REAL (-)		0.25	(0.03)	0.21	(0.28)	(0.40)	(0.35)	(0.17)	0.01
RESIDUO		(0.85)	0.28	(0.42)	0.18	0.15	(0.13)	1.00	0.04

A12 - DECOMPOSICOES DAS RECEITAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
=====									
IMPOSTO SOBRE A RENDA									
=====									
%PIB	(2.58)	(2.73)	(2.85)	(3.41)	(3.74)	(4.11)	(4.02)	(3.35)	(3.78)
-----									
VAR. ANUAL		0.15	0.12	0.56	0.33	0.37	-0.09	-0.67	0.43
-----									
PIB NOM.		2.55	2.92	3.79	7.88	9.69	6.67	8.86	22.86
DEFLATOR		-2.78	-2.88	-4.03	-7.33	-8.65	-5.91	-8.41	-22.93
PIB REAL		0.11	-0.02	0.10	-0.17	-0.31	-0.31	-0.14	0.01
ALIQUOTA		0.27	0.10	0.70	-0.05	-0.36	-0.54	-0.98	0.49
=====									
IMPOSTOS INDIRETOS - IPI									
=====									
%PIB	(2.19)	(2.13)	(2.08)	(1.94)	(1.23)	(1.70)	(2.04)	(2.26)	(1.87)
-----									
VAR. ANUAL		-0.06	-0.05	-0.14	-0.71	0.47	0.34	0.22	-0.39
-----									
ALIQUOTA		0.03	-0.13	-0.02	-0.77	0.53	0.51	0.20	-0.17
IPA/DEFL.		0.02	-0.07	0.03	0.08	-0.02	-0.20	0.20	0.12
Q. IND.		-0.28	0.04	-0.25	0.00	0.15	0.27	-0.02	-0.16
PIB REAL		0.09	-0.01	0.07	-0.10	-0.10	-0.13	-0.07	0.01
RESIDUO		0.08	0.12	0.03	0.08	-0.09	-0.11	-0.09	-0.19
=====									
IMPOSTO DE IMPORTACAO ( SEM PETROLEO )									
=====									
%PIB	(0.70)	(0.57)	(0.46)	(0.41)	(0.36)	(0.37)	(0.45)	(0.37)	(0.37)
-----									
VAR. ANUAL		-0.13	-0.11	-0.05	-0.05	0.01	0.08	-0.08	0.00
-----									
Q. IMP.		-0.14	-0.08	-0.12	0.04	0.04	0.21	-0.01	-0.04
TX. CAMB. REAL		-0.08	-0.04	0.15	0.01	0.00	-0.04	-0.03	-0.05
VAR. PR. IMP. US\$		0.08	0.02	0.08	-0.04	-0.01	0.00	0.02	0.08
PIB REAL		0.03	0.00	0.02	-0.02	-0.03	-0.03	-0.02	0.00
ALIQUOTA		0.05	0.01	-0.07	-0.03	0.00	0.00	0.00	0.02
RESIDUO		-0.07	-0.02	-0.11	-0.01	0.06	0.06	-0.04	-0.01
=====									
TAXAS									
=====									
%PIB	0.69	0.52	0.46	0.31	0.22	0.19	0.09	0.08	0.04
-----									
VAR. ANUAL		-0.17	-0.06	-0.15	-0.09	-0.03	-0.10	-0.01	-0.04
-----									
DEFLATOR		-0.75	-0.55	-0.65	-0.67	-0.51	-0.27	-0.19	-0.55
PIB REAL		0.03	0	0.02	-0.02	-0.02	-0.01	0	0
TX. MEDIA		-0.17	-0.06	-0.15	-0.09	-0.03	-0.10	-0.01	-0.04
BASE		0.72	0.55	0.63	0.69	0.53	0.28	0.19	0.55
=====									

A13 - DECOMPOSICOES DAS RECEITAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
IOF									
%PIB	(0.95)	(1.13)	(1.09)	(0.66)	(0.76)	(0.51)	(0.63)	(0.53)	(0.31)
VAR. ANUAL		0.18	-0.04	-0.43	0.10	-0.25	0.12	-0.10	-0.22
EMP. S.P.		0.82	1.24	1.51	1.19	1.40	0.83	1.31	3.09
TX. CAMB. REAL		-0.12	-0.07	0.36	0.01	0.01	-0.05	-0.04	-0.08
Q.IMP.S/PET.		-0.19	-0.17	-0.30	0.06	0.09	0.29	-0.02	-0.06
PR.IMP.US\$ S/PET.		0.10	0.04	0.20	-0.07	-0.02	0.00	0.03	0.12
DEFLATOR		-1.02	-1.19	-1.54	-1.42	-1.76	-0.73	-1.32	-3.63
PIB REAL		0.04	-0.01	0.04	-0.03	-0.06	-0.04	-0.02	0.00
RESIDUO		0.55	0.08	-0.70	-0.36	0.09	-0.18	0.50	0.34
ICM									
%PIB	(4.79)	(4.74)	(4.71)	(4.51)	(4.51)	(4.89)	(5.85)	(4.93)	(4.52)
VAR. ANUAL		-0.05	-0.03	-0.20	0.00	0.38	0.96	-0.92	-0.41
PIB NOM.		4.74	5.07	6.27	10.42	11.69	7.94	12.90	33.65
DEFLATOR		-5.18	-5.01	-6.66	-9.70	-10.44	-7.03	-12.24	-33.75
PIB REAL		0.21	-0.03	0.16	-0.23	-0.37	-0.37	-0.21	0.01
RESIDUO		0.18	-0.06	0.03	-0.49	-0.50	0.42	-1.37	-0.32
ISS									
%PIB	(0.19)	(0.19)	(0.21)	(0.20)	(0.18)	(0.18)	(0.21)	(0.20)	(0.18)
VAR. ANUAL		0.00	0.02	-0.01	-0.02	0.00	0.03	-0.01	-0.02
PIB SERV.		0.21	0.21	0.30	0.44	0.48	0.25	0.56	1.40
DEFLATOR		-0.21	-0.20	-0.30	-0.43	-0.42	-0.26	-0.44	-1.37
PIB REAL		0.01	0.00	0.01	-0.01	-0.01	-0.01	-0.01	0.00
RESIDUO		-0.01	0.01	-0.02	-0.02	-0.05	0.05	-0.12	-0.05
IMPOSTO SOBRE A RENDA_ESTAD/MUNIC e TAXAS									
%PIB	(0.46)	(0.44)	(0.45)	(0.38)	(0.36)	(0.31)	(0.50)	(0.42)	(0.20)
VAR. ANUAL		-0.02	0.01	-0.07	-0.02	-0.05	0.19	-0.08	-0.22
PIB NOM.		0.45	0.47	0.60	0.88	0.93	0.50	1.10	2.87
DEFLATOR		-0.50	-0.46	-0.64	-0.82	-0.83	-0.45	-1.05	-2.88
PIB REAL		0.02	0.00	0.02	-0.02	-0.03	-0.02	-0.02	0.00
RESIDUO		0.01	0.00	-0.05	-0.06	-0.12	0.16	-0.11	-0.21
CONTRIBUICOES (FINSOCIAL)									
%PIB				(0.56)	(0.51)	(0.57)	(0.67)	(0.63)	(0.67)
VAR. ANUAL					-0.05	0.06	0.10	-0.04	0.04
PIB NOM.S/AGRIC.					1.29	1.33	0.93	1.50	4.61
PIB REAL					-0.03	-0.04	-0.04	-0.02	0.00
DEFLATOR					-1.20	-1.18	-0.82	-1.40	-4.31
RESIDUO					-0.11	-0.05	0.03	-0.12	-0.26

A14 - DECOMPOSICOES DAS DESPESAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
COMPRA DE BENS E SERVICOS DO GOVERNO FEDERAL									
%PIB	(1.01)	(0.95)	(0.69)	(1.08)	(1.08)	(1.18)	(0.94)	(1.41)	(1.26)
VAR. ANUAL		-0.06	-0.26	-0.39	0.00	0.10	-0.24	0.47	-0.15
IPA/DEFL.		0.02	-0.05	0.07	0.03	-0.03	-0.02	0.01	0.02
PIB REAL		0.04	-0.01	0.02	-0.06	-0.09	-0.09	-0.03	0.00
RESIDUO		-0.12	-0.20	0.48	0.03	0.22	-0.13	0.49	-0.17
COMPRA DE BENS E SERVICOS ESTADOS/MUNICIPIOS									
%PIB	(1.59)	(1.76)	(1.90)	(1.74)	(1.91)	(2.17)	(2.25)	(2.28)	(3.38)
VAR. ANUAL		0.17	0.14	-0.16	0.00	0.17	0.26	0.08	0.03
IPA/DEFL.		0.04	-0.10	0.18	0.05	-0.04	-0.04	0.03	0.03
PIB REAL		0.07	-0.01	0.07	-0.09	-0.14	-0.15	-0.08	0.01
RESIDUO		0.06	0.25	-0.41	0.04	0.35	0.45	0.13	-0.01
SALARIOS (GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICIPIOS)									
%PIB	(4.60)	(4.90)	(5.50)	(4.80)	(4.40)	(4.90)	(6.50)	(6.10)	(6.10)
VAR. ANUAL		0.30	0.60	-0.70	-0.40	0.30	1.60	-0.40	0.00
EMPREGO		0.20	0.20	0.30	0.30	0.20	0.10	0.10	0.10
PIB REAL		0.20	0.00	0.20	-0.20	-0.40	-0.40	-0.20	0.00
SALARIO REAL		-0.10	0.40	-1.20	-0.50	0.50	1.90	-0.30	-0.10
JUROS DA DIVIDA FEDERAL									
%PIB	(0.55)	(0.87)	(0.89)	(1.13)	(1.67)	(1.64)	(0.74)	(1.50)	(2.09)
VAR. ANUAL		0.32	0.02	0.24	0.54	0.03	-0.90	0.76	0.59
TAXA DE JUROS		0.07	-0.27	0.03	0.50	-0.31	-0.98	0.73	0.35
DIVIDA		0.99	1.79	1.65	2.69	5.60	3.18	1.68	11.74
DEFLATOR		-0.59	-0.92	-1.26	-2.43	-3.86	-2.36	-1.55	-10.27
PIB REAL		0.02	-0.01	0.03	-0.06	-0.14	-0.12	-0.03	0.00
RESIDUO		-0.17	-0.57	-0.21	-0.16	-1.27	-0.62	-0.07	-1.23
JUROS DA DIVIDA ESTADUAL									
%PIB	(0.19)	(0.20)	(0.27)	(0.40)	(0.37)	(0.61)	(0.42)	(0.70)	(0.46)
VAR. ANUAL		0.01	0.07	0.13	-0.03	0.24	-0.19	0.28	-0.24
TAXA DE JUROS		-0.01	0.03	0.08	0.03	0.20	-0.22	0.23	-0.24
DIVIDA		0.25	0.25	0.46	0.75	1.05	1.09	1.04	4.91
DEFLATOR		-0.21	-0.21	-0.38	-0.86	-0.86	-0.88	-0.88	-4.79
PIB REAL		0.01	0.00	0.01	-0.02	-0.03	-0.05	-0.02	0.00
RESIDUO		-0.03	0.00	-0.04	0.07	-0.12	-0.13	-0.09	-0.12
JUROS EXTERNOS TOTAIS									
%PIB	(0.36)	(0.29)	(1.13)	(1.55)	(1.73)	(1.48)	(1.32)	(1.39)	(1.67)
VAR. ANUAL		-0.05	0.84	0.42	0.18	-0.25	-0.16	0.07	0.28
TAXA DE JUROS		-0.04	0.65	-0.55	0.00	-0.08	-0.30	-0.20	0.17
DIVIDA		0.02	0.08	0.85	0.36	0.01	0.33	0.44	0.16
TX. CAMB. REAL		-0.04	-0.02	0.37	0.03	0.02	-0.14	-0.09	-0.21
PIB REAL		0.02	0.00	-0.04	0.05	-0.14	-0.11	-0.05	0.00
RESIDUO		-0.01	0.13	-0.29	-0.26	-0.06	0.06	-0.03	0.16

A15 - BRASIL: FONTES E USOS DO GOVERNO FEDERAL

NCZ\$ MIL E % PIB

	1980	% PIB	1981	% PIB	1982	% PIB	1983	% PIB	1984	% PIB	1985	% PIB	1986	% PIB	1987	% PIB	1988	% PIB	
1) FONTES	1.230	9.92%	2.352	9.54%	4.775	9.36%	11.780	9.92%	36.414	9.25%	134.851	9.54%	562.829	15.28%	1.692.406	16.24%	15.949.586	17.15%	
2) ARREC.LIQ.	1.221	9.85%	2.335	9.47%	4.727	9.26%	11.579	9.75%	35.969	9.14%	132.621	9.38%	562.175	10.25%	1.209.249	10.17%	8.748.773	9.41%	
3) IMP. TRIB.	988	7.97%	1.918	7.78%	3.868	7.58%	8.842	7.45%	27.303	6.93%	108.223	7.65%	292.331	7.88%	866.788	7.29%	6.503.470	6.99%	
3.1) IMPOSTOS DIRETOS	320	2.58%	674	2.73%	1.457	2.86%	4.044	3.41%	14.733	3.74%	58.177	4.11%	149.053	4.02%	397.875	3.35%	3.510.574	3.78%	
IMP. S/ RENDA	320	2.58%	674	2.73%	1.457	2.86%	4.044	3.41%	14.733	3.74%	58.177	4.11%	149.053	4.02%	397.875	3.35%	3.510.574	3.78%	
3.2) IMP. IND.	475	3.83%	964	3.91%	1.936	3.79%	3.728	3.14%	9.746	2.48%	39.271	2.78%	121.580	3.28%	411.729	3.46%	2.589.994	2.70%	
I.P.I.	272	2.19%	525	2.13%	1.064	2.09%	2.300	1.94%	4.831	1.23%	23.974	1.70%	75.592	2.04%	268.476	2.26%	1.740.942	1.87%	
I.O.F.	118	0.95%	279	1.13%	556	1.09%	785	0.66%	3.000	0.76%	7.168	0.51%	23.347	0.63%	63.463	0.53%	284.109	0.31%	
3.3) IMPOSTOS C. EXT.	85	0.67%	160	0.62%	316	0.62%	643	0.54%	1.915	0.49%	8.129	0.57%	22.641	0.61%	79.790	0.67%	564.942	0.61%	
IMP. S/IMPORT.	87	0.70%	140	0.57%	234	0.46%	490	0.41%	1.423	0.36%	5.199	0.37%	16.712	0.45%	44.449	0.37%	345.286	0.37%	
IMP. S/EXPORT.	21	0.17%	12	0.05%	7	0.01%	213	0.18%	528	0.13%	2.949	0.21%	1.534	0.04%	3.663	0.03%	19.942	0.02%	
3.4) TAXAS	85	0.69%	128	0.52%	234	0.46%	367	0.31%	873	0.22%	2.627	0.19%	3.452	0.09%	9.073	0.08%	37.675	0.04%	
4) CONTRIBUICOES	85	0.69%	187	0.76%	n.e.	384	0.75%	2.401	2.02%	7.940	2.02%	21.906	1.53%	56.657	1.53%	166.154	1.40%	1.596.181	1.72%
OUTROS	n.e.	0.01%	187	0.76%	384	0.75%	2.401	2.02%	7.940	2.02%	21.906	1.53%	56.657	1.53%	166.154	1.40%	1.596.181	1.72%	
5) RECEITA SERVICOS	1	0.01%	3	0.01%	5	0.01%	52	0.04%	118	0.03%	562	0.04%	31.841	0.67%	91.807	0.63%	621.771	0.67%	
SERVICOS COMERCIAIS	n.e.	0.01%	3	0.01%	5	0.01%	34	0.02%	53	0.01%	118	0.01%	26.342	0.72%	49.628	0.62%	150.732	0.16%	
OUTROS	131	1.06%	218	0.88%	439	0.86%	286	0.24%	541	0.14%	1.763	0.12%	2.865	0.08%	98.745	0.83%	113.078	0.12%	
6) OUT. REC. CORR.	20	0.16%	41	0.17%	69	0.14%	90	0.08%	169	0.04%	648	0.05%	2.622	0.07%	3.794	0.03%	494.183	0.53%	
REC. PATRIMONIAL	68	0.55%	69	0.28%	187	0.37%	86	0.07%	26	0.00%	26	0.00%	155	0.00%	1.167	0.01%	3.458	0.00%	
TRANSP. CORRENTES	7	0.06%	16	0.06%	27	0.05%	62	0.05%	167	0.04%	600	0.04%	1.640	0.04%	6.546	0.06%	45.210	0.05%	
MULTAS	0	0.00%	25	0.10%	3	0.01%	12	0.01%	23	0.01%	95	0.01%	777	0.02%	82.423	0.69%	28.862	0.03%	
INDENIZ/RESTITUI.	1	0.01%	2	0.01%	3	0.01%	3	0.01%	80	0.02%	144	0.01%	486	0.01%	3.698	0.03%	5.538	0.01%	
REC. DIV. ATIVA	35	0.28%	65	0.26%	150	0.29%	27	0.02%	95	0.02%	250	0.02%	(2.815)	-0.08%	1.117	0.01%	19.565	0.02%	
REC. DIVERSAS	1	0.01%	0	0.00%	0	0.00%	2	0.00%	4	0.00%	82	0.01%	41	0.00%	26.255	0.22%	1.947	0.00%	
7) RECEITAS DE CAPITAL	1	0.01%	0	0.00%	0	0.00%	n.e.	0.00%	0	0.00%	18	0.00%	30	0.00%	26.166	0.22%	1.511	0.00%	
ALIEN. TIT. MOBIL.	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	3	0.00%	2	0.00%	11	0.00%	64	0.00%	141	0.00%	
ALIEN. BENS. IMOV.	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	2	0.00%	11	0.00%	25	0.00%	295	0.00%	
OUTROS	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	
8) TOTAL	1.206	9.75%	2.326	9.43%	4.696	9.20%	11.583	9.76%	35.959	9.13%	132.654	9.38%	562.829	15.28%	1.209.249	10.16%	8.746.513	9.41%	
9) FINANCIAMENTO	9	0.07%	17	0.07%	33	0.06%	201	0.17%	444	0.11%	2.230	0.16%	182.653	4.93%	483.156	4.07%	7.200.814	7.76%	
OP. DE CRED.	0	0.00%	17	0.07%	47	0.09%	200	0.17%	442	0.11%	2.223	0.16%	182.643	4.93%	483.089	4.06%	7.195.689	7.74%	
AMORT. EMPREST.	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	0	0.00%	2	0.00%	7	0.00%	10	0.00%	68	0.00%	5.125	0.01%	

	1980	% PIB	1981	% PIB	1982	% PIB	1983	% PIB	1984	% PIB	1985	% PIB	1986	% PIB	1987	% PIB	1988	% PIB
1) USOS	1,155	9.32%	2,365	9.59%	4,927	9.66%	12,158	10.24%	38,292	9.73%	146,800	10.38%	507,820	13.68%	1,758,398	14.80%	15,713,795	16.90%
2) GASTOS CORRENTES	695	5.61%	1,325	5.37%	3,087	6.05%	8,017	6.74%	23,816	6.05%	93,903	6.64%	276,820	7.47%	955,734	8.13%	7,800,605	8.39%
2.1) SALARIOS	232	1.87%	500	2.03%	1,079	2.11%	2,720	1.88%	6,191	1.57%	27,137	1.97%	87,590	2.36%	316,526	2.66%	2,968,685	3.19%
2.2) TRANSF. PESSOAS	92	0.74%	186	0.75%	416	0.82%	882	0.74%	2,530	0.64%	16,595	1.17%	54,445	0.93%	168,018	1.41%	1,376,494	1.26%
2.2.1) COMPRA BENS/SERV.	126	1.02%	235	0.95%	350	0.69%	1,284	1.08%	4,184	1.06%	39,261	2.78%	126,101	3.40%	408,687	3.44%	2,765,333	2.97%
2.2.2) TRANSF. CORRENTES	245	1.98%	404	1.64%	1,242	2.43%	3,621	3.05%	10,911	2.77%	4,665	0.33%	17,219	1.58%	51,991	0.27%	164,004	0.18%
2.2.3) TRANSF. FUND/PROGR.	41	0.33%	110	0.45%	141	0.28%	865	0.73%	3,146	0.80%	20,090	1.42%	58,771	1.58%	188,842	1.59%	911,314	1.50%
2.3) TRANSF. ESTAD/D.F.	83	0.67%	151	0.61%	634	1.24%	1,426	1.14%	4,474	1.14%	12,337	0.87%	39,521	1.07%	126,529	1.06%	1,395,221	1.50%
TRANSF. MUNIC.	30	0.24%	69	0.28%	273	0.53%	629	0.53%	2,358	0.60%	535	0.04%	5,512	0.15%	45,453	0.38%	219,199	0.24%
SUBSIDIOS	71	0.57%	38	0.15%	121	0.24%	543	0.46%	2,565	0.64%	401	0.03%	4,987	0.13%	42,861	0.36%	202,666	0.22%
TRANSF. ESTATAIS	69	0.56%	33	0.13%	111	0.22%	526	0.44%	529	0.13%	1,106	0.08%	3,663	0.10%	9,340	0.08%	53,224	0.06%
PASEP	15	0.12%	29	0.12%	57	0.11%	117	0.10%	278	0.07%	528	0.04%	1,415	0.04%	6,532	0.05%	22,372	0.02%
OUTRAS	5	0.04%	7	0.03%	16	0.03%	41	0.03%	90	0.02%	27	0.00%	44,800	1.21%	222,308	1.87%	2,202,943	2.37%
3) GASTOS FINANCEIROS	78	0.63%	218	0.88%	488	0.96%	1,551	1.31%	7,590	1.93%	27,161	1.92%	44,800	1.21%	178,271	1.50%	1,943,586	2.09%
ENCARG.DIV.INT.	68	0.55%	215	0.87%	454	0.89%	1,544	1.13%	6,575	1.67%	23,186	1.64%	27,441	0.74%	144,037	1.21%	1,542,678	1.67%
ENCARG.DIV.EXT.	10	0.08%	3	0.01%	34	0.07%	207	0.17%	1,015	0.26%	3,975	0.28%	17,359	0.47%	539,303	4.54%	5,542,678	5.96%
4) GASTOS DE CAPITAL	367	2.96%	811	3.29%	1,110	2.18%	2,572	2.17%	6,866	1.74%	25,442	1.80%	185,105	4.99%	266,937	2.25%	1,941,517	2.09%
4.1) INVESTIMENTO	185	1.49%	431	1.75%	548	1.07%	1,289	1.09%	3,673	0.93%	14,135	1.00%	68,079	1.84%	104,307	0.88%	735,319	0.79%
INV.REG.EXEC.ESP.	55	0.44%	173	0.70%	222	0.44%	467	0.39%	927	0.24%	7,046	0.50%	24,491	0.66%	162,630	1.37%	1,206,198	1.30%
OUT. INVESTIM.	130	1.05%	258	1.05%	328	0.64%	822	0.69%	2,746	0.70%	7,089	0.50%	43,588	1.18%	56,466	0.48%	2,086,830	2.24%
4.2) INVERS.FINANC.	0	0.00%	n.e.	0.00%	55	0.11%	70	0.06%	110	0.03%	881	0.06%	61,608	1.64%	28,472	0.24%	342	0.00%
AQUIS.BENS.REVENDA	0	0.00%	n.e.	0.00%	55	0.11%	70	0.06%	110	0.03%	881	0.06%	61,608	1.64%	28,472	0.24%	342	0.00%
OUT. INVERS.	148	1.19%	346	1.40%	409	0.80%	735	0.62%	2,154	0.55%	7,764	0.55%	32,191	0.87%	110,760	0.93%	2,086,488	2.24%
4.3) TRANSF. CAPITAL	69	0.56%	142	0.58%	69	0.14%	161	0.14%	377	0.10%	1,179	0.08%	5,854	0.16%	9,210	0.08%	738,382	0.79%
TRANSF. ESTAD/D.F.	29	0.23%	57	0.23%	1	0.00%	7	0.01%	16	0.00%	34	0.00%	1,553	0.04%	3,668	0.03%	20,657	0.02%
TRANSF. MUNIC.	13	0.10%	78	0.32%	176	0.34%	240	0.20%	542	0.14%	789	0.06%	11,193	0.30%	41,238	0.35%	176,233	0.19%
TRANSF. EST. IND/AGR.	11	0.09%	33	0.13%	142	0.29%	296	0.25%	1,145	0.29%	5,443	0.38%	13,521	0.36%	55,957	0.47%	374,551	0.40%
TRANSF. ESTAT. FINAN.	26	0.21%	36	0.15%	21	0.04%	31	0.03%	313	0.08%	281	0.02%	1,537	0.04%	4,279	0.04%	149,539	0.16%
OUTRAS	5	0.04%	8	0.03%	33	0.06%	44	0.04%	616	0.16%	2,381	0.17%	20,964	0.57%	100,861	0.85%	626,410	0.67%
4.4) AMORTIZ.DIV.INT.	29	0.23%	18	0.07%	65	0.13%	434	0.37%	616	0.16%	2,381	0.17%	20,964	0.57%	100,861	0.85%	626,410	0.67%
4.5) AMORTIZ.DIV.EXT.	1,140	9.19%	2,354	9.55%	4,685	9.18%	12,140	10.22%	38,272	9.72%	146,506	10.36%	506,725	13.67%	1,727,345	14.53%	15,546,226	16.72%
TOTAL	1,155	9.32%	2,365	9.59%	4,927	9.66%	12,158	10.24%	38,292	9.73%	146,800	10.38%	507,820	13.68%	1,758,398	14.80%	15,713,795	16.90%

A17 - SALARIOS (GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICIPIOS)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
%PIB	(4.60)	(4.90)	(5.50)	(4.80)	(4.40)	(4.90)	(6.50)	(6.10)	(6.10)
VAR. ANUAL		0.30	0.60	-0.70	-0.40	0.30	1.60	-0.40	0.00
EMPREGO		0.20	0.20	0.30	0.30	0.20	0.10	0.10	0.10
PIB REAL		0.20	0.00	0.20	-0.20	-0.40	-0.40	-0.20	0.00
SALARIO REAL		-0.10	0.40	-1.20	-0.50	0.50	1.90	-0.30	-0.10